

oikos

cooperação e desenvolvimento

Relatório de Actividades e Contas - 2007

Oikos - Cooperação e Desenvolvimento
Rua Visconde Moreira de Rey, 37
2790-447 Queijas, Portugal

índice

índice	2
1 . Carta do Director Executivo	3
2 . Oikos - Quem Somos	5
2.1 Modelo de governance	7
2.2 Estrutura organizacional.....	8
2.3 Caracterização dos Recursos Humanos da Oikos.....	9
2.4 Criação de Valor Partilhado	11
3 Desafios da Gestão	13
3.1 Reposicionamento estratégico e gestão da mudança	13
3.1.1 Relatório de responsabilidade Oikos: ano zero (2006-07).....	13
3.1.2 Desenho de um Novo Plano Estratégico (2007-2010)	18
3.1.3 Envolvimento dos <i>Stakeholders</i>	20
3.2 Sistematização da aprendizagem de Gestão do Conhecimento.....	25
4 O que fazemos.....	27
4.1 Indicadores socioeconómicos dos Países onde Actuamos.....	27
4.2 Projectos de Acção Humanitária.....	27
4.3 Projectos de Promoção da “Vida Sustentável”	37
4.4 Cidadania Global e Desenvolvimento.....	50
4.4.1 Educação para a Cidadania Global.....	51
4.4.2 Parcerias para o Bem Comum	56
4.4.2.1 <i>Alterações Climáticas e Desenvolvimento: 2ª Edição dos Dias Europeus do Desenvolvimento</i>	56
4.4.3 Influência Pública: A Presidência Portuguesa da UE.....	57
4.4.3.1 <i>Ajuda Humanitária: Novo Consenso Europeu e Capacitação das ONGD Portuguesas</i>	57
4.4.4 Estratégia Conjunta África - EU: Cimeira Europa-África.....	58
4.4.4.1 <i>Projecto da Presidência: Plataforma ONGD</i>	58
4.4.4.2 <i>Participação da Sociedade Civil na Cimeira Europa-África</i>	59
4.4.5 Campanha “Pobreza Zero”	60
5 Contas do Exercício de 2007	62
5.1 Balanço e Demonstração de Resultados	62
5.1.1 Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro 2007	62
5.1.2 Balanço em 31 de Dezembro 2007.....	65
5.2 Demonstração de Fluxos de Caixa (Exercício 2007 e 2006)	70
5.3 Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados	73

1 . Carta do Director Executivo

A complexidade das soluções que as estratégias de erradicação da pobreza e de promoção do desenvolvimento humano sustentável requerem, implica elevados padrões de exigência, de qualidade, de inovação e de transparência.

Em 2007, enquanto organização com responsabilidade de potenciar a transformação social, a Oikos assumiu o compromisso de repensar a sua actividade, por forma a garantir uma maior orientação para resultados, impactos sustentáveis, aprendizagem e reapplicabilidade.

Neste sentido, foi um ano de introspecção, de diagnóstico e de lançamento das bases para um reposicionamento estratégico que deverá ser consolidado no período compreendido entre 2007/2010.

A partir do último trimestre de 2006, e durante o ano de 2007, foram elaborados alguns instrumentos básicos para ajudar a Oikos a cumprir com os novos padrões de qualidade, inovação e transparência. Entre eles, destacam-se:

- a produção e partilha de um relatório de responsabilidade Oikos - ano zero¹, como marco orientador para o processo de profissionalização e gestão da mudança.
- O desenho de um plano estratégico que, até 2010, orientará o processo de reposicionamento da Oikos.
- Início de um processo de envolvimento sistemático dos stakeholders identificados.
- O investimento num processo de Sistematização da aprendizagem institucional e de Gestão do Conhecimento.

O ano de 2007 foi também marcado pela Presidência Portuguesa da União Europeia no último semestre, com uma intensa agenda no âmbito da cooperação para o desenvolvimento. Alguns dos eventos mais marcantes, e em torno dos quais a Oikos procurou organizar a sua actividade de advocacia social e influência das políticas públicas, foram:

- A discussão e aprovação do novo Consenso Europeu sobre a Ajuda Humanitária. Assinado a 17 de Dezembro de 2007.²
- A segunda edição dos Dias Europeus do Desenvolvimento, subordinados ao tema: “Alterações Climáticas e Desenvolvimento”. Lisboa, 7-9 Novembro de 2007³.

¹ Cooperação e Desenvolvimento, OIKOS (2007). Relatório de Responsabilidade Oikos - Ano Zero (2006-07). Versão Integral disponível em:

<http://www.oikos.pt/PDF/relatorio%20oikos%20integral.pdf>

² A 17 de Dezembro de 2007, o Presidente do Parlamento Europeu Hans-Gert Pöttering, o Presidente da Comissão José Manuel Barroso e o Primeiro Ministro Português, pela Presidência Portuguesa da UE, assinaram o Consenso Europeu acerca da Ajuda Humanitária. Disponível em: http://ec.europa.eu/echo/files/media/publications/consensus_en.pdf

³ Informação do evento disponível em:

http://ec.europa.eu/development/services/events/EDD2007/homepage_en.htm

- A realização da Cimeira Europa-África, com a aprovação da Estratégia Conjunta África-UE (Lisboa, 8-9 Dezembro 2007) e com a agenda paralela ligada à negociação dos acordos de livre comércio entre a UE e os países africanos, também denominados “APE - Acordos de Parceria Económica”.
- Discussão e aprovação do Tratado de Lisboa (Lisboa, 13 de Dezembro de 2007), como instrumento fundamental para fazer avançar a UE e com relevância no âmbito das políticas europeias de cooperação para o desenvolvimento.

Neste contexto, 2007 foi uma oportunidade de reforçar laços de cooperação com organizações e movimentos sociais nacionais, Europeus e Africanos, em torno da influência das políticas de cooperação para o desenvolvimento que afectam a vida e a relação entre os cidadãos e os povos dos dois continentes.

2 . Oikos - Quem Somos

Somos cidadãos solidários, com uma consciência clara do papel da cidadania global para a promoção da equidade na erradicação da pobreza extrema e na redução das assimetrias económicas e do conhecimento que caracterizam a realidade mundial. Através da nossa acção, com os diferentes actores sociais, partilhamos esforços e responsabilidades e facilitamos soluções para garantir que todas as pessoas exerçam o direito a uma vida digna.

Fundada em 1988, em Portugal, a Oikos - Cooperação e Desenvolvimento é uma associação sem fins lucrativos, reconhecida internacionalmente como Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento (ONGD / INGO).

Somos uma associação ecuménica, no sentido universal, enquanto nos aliamos ao esforço de quantos, pessoas e instituições, partilham a visão de um mundo sem pobreza e injustiça, onde o desenvolvimento humano seja equitativo e sustentável à escala local e global.

Independentemente de quaisquer instituições políticas, financeiras ou religiosas, estamos sempre disponíveis para concertar a nossa acção com entidades públicas e privadas que coincidam com os nossos valores, objectivos e propósito de erradicar a pobreza e desenvolver soluções sustentáveis, para que todas as pessoas exerçam o direito a uma vida digna.

Desde 1992, detemos o Estatuto de Pessoa Colectiva de Utilidade Pública concedido pelo Estado Português. Em 2000 foi-nos atribuído o Estatuto Consultivo junto do Conselho Económico e Social das Nações Unidas (ECOSOC).

A nossa actividade encontra-se estruturada em *continuum* nas áreas da emergência/acção humanitária, desenvolvimento/vida sustentável e mobilização/cidadania global.

Como actuamos

- promoção do desenvolvimento sustentável;
- abordagem baseada nos Direitos;
- valores e princípios da Oikos;
- conduta ética - Oikos;
- 0,7%, Objectivos de Desenvolvimento do Milénio;
- *continuum* de intervenção Oikos.

Temáticas centrais de impacto da Oikos

- saúde pública, água e saneamento;
- segurança alimentar e meios de vida sustentáveis / livelihoods;
- alterações climáticas;
- finança ética;
- consumo responsável;
- compras públicas responsáveis;
- fortalecimento e profissionalização dos actores sociais.

O nosso modelo de *governance*

- governação e envolvimento dos stakeholders identificados;
- *empowerment* , liderança e influência pública;
- inovação, aprendizagem e conhecimento partilhado;
- comunicação, transparência e accountability.

cadeia de intervenção/valor responsável

- gestão integrada dos recursos;
- princípios de desenvolvimento da actividade, PDA-oikos;
- solidez financeira, excelência operacional e impacto social;
- concorrência leal e anti-corrupção;
- *fundraising* ético;
- desenvolvimento e avaliação de parcerias;
- selecção e avaliação de fornecedores.

responsabilidade ambiental

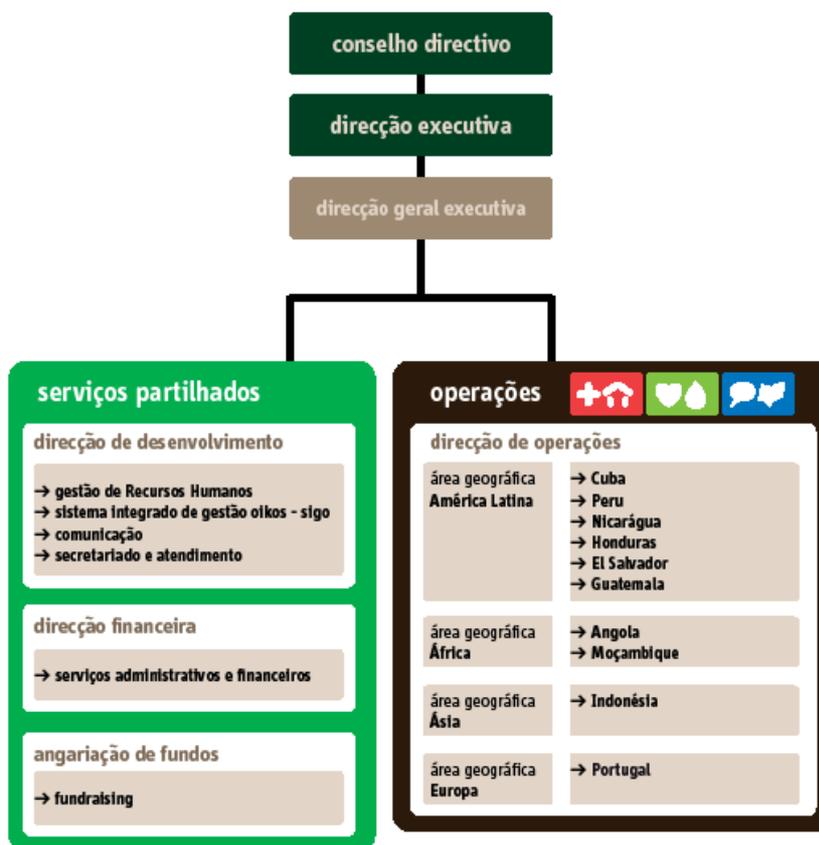
- comprometimento com a causa ambiental;
- promoção de energias alternativas e renováveis;
- alterações climáticas e gestão voluntária de carbono.

responsabilidade social

- comprometimento com a responsabilidade social;
- potenciar as pessoas;
- desenvolvimento profissional e promoção de talentos;
- diversidade e igualdade de oportunidades;
- saúde, higiene e segurança no trabalho;
- fortalecimento e profissionalização dos actores sociais.

2.1 Modelo de governance

Figura 1: Organigrama



O nosso modelo de *governance* encontra-se estruturado através dos seguintes órgãos sociais eleitos: assembleia-geral, comissão fiscalizadora, conselho directivo e direcção executiva.

Assembleia-geral

É o órgão soberano da Oikos e é constituída por todos os associados no pleno gozo dos seus direitos, sendo presidida pela mesa da assembleia-geral, constituída por um presidente, um secretário e um vogal; é da exclusiva competência da assembleia-geral deliberar sobre: as linhas fundamentais da actuação da associação, propostas pelo conselho directivo; eleger os titulares dos cargos dos órgãos sociais e destituí-los, ocorrendo justa causa; apreciar e votar, anualmente, o relatório & contas do conselho directivo, ouvido o parecer da comissão fiscalizadora; deliberar sobre a modificação dos estatutos e extinção, fusão ou cisão da assembleia; deliberar sobre as matérias que não sejam da competência dos outros órgãos da associação.

Comissão fiscalizadora

É composta por três titulares: um presidente, um secretário e um vogal; compete à comissão fiscalizadora: fiscalizar a escrituração, livros e documentos, acompanhar as sessões do conselho directivo sempre que julgue necessário e dar parecer sobre o relatório & contas do exercício

Conselho directivo

É constituído por um número ímpar de titulares, no mínimo de cinco e no máximo de nove, compreendendo um presidente, um secretário, um tesoureiro e vogais; compete ao conselho directivo, sem prejuízo do demais previsto na lei ou nos estatutos: representar a associação em juízo ou fora dele; definir as linhas gerais da actividade da associação e propô-las à deliberação da assembleia-geral; aprovar os regulamentos internos e modificá-los; validar a actividade de gestão da direcção executiva; deliberar sobre o relatório e contas do exercício, planos estratégicos, planos de actividades, planos orçamentais, estrutura funcional, quadro de pessoal e organigramas dos serviços elaborados pela direcção executiva.

2.2 Estrutura organizacional

A constituição dos órgãos sociais eleitos é a seguinte:

Mesa da assembleia-geral

Presidente: Ernâni Lopes
Secretária: Cristina Peixinho
Vogal: Sarsfield Cabral

Comissão fiscalizadora

Presidente: António Cunha Vaz
Secretária: Maria Teresa Fonseca
Vogal: Jorge Oliveira Pinto

Conselho directivo

Presidente: José Alberto dos Reis Lamego
Secretário: João José Nunes Fernandes
Tesoureiro: José Melo Torres Campos
Vogal: José do Canto Moniz
Vogal: António José Paulino
Vogal: Maria Luísa de Oliveira Pegado
Vogal: Matilde Sousa Franco
Vogal: Vitor Manuel Carola
Vogal: Miguel Anacoreta Correia

A gestão executiva da associação é assumida pela direcção executiva, sendo da sua responsabilidade a gestão integrada, através do modelo de desenvolvimento sustentável e de melhoria contínua, nomeadamente: desenhar, planificar, rever e garantir a execução, após validação do conselho directivo, dos planos estratégicos, planos de actividades, orçamentos, recursos humanos e serviços partilhados. Elaboração dos relatórios de gestão, de actividades e contas para aprovação do conselho directivo.

Delegações nos Países em Desenvolvimento

Em 2007, a Oikos contou com uma equipa de 139 colaboradores, 101 voluntários regulares e 549 voluntários pontuais, mantendo delegação própria nos seguintes países: Portugal, Bolívia, Peru, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Cuba, El Salvador, Angola, Moçambique e Indonésia.

Nestes países a Oikos mantinha parcerias com mais de 25 organizações locais que reúnem, no seu conjunto, uma força de trabalho superior a 15 mil pessoas.

Coordenadores Gerais/Representantes nos países em Desenvolvimento

- **Indonésia:** João Paulo Monteiro
- **Cuba:** Sandra Cristina Pires Lopes
- **Peru:** José Correia
- **Honduras:** Valentina Iadarola
- **Guatemala:** Aram Cunego/Valéria Sanchini
- **El Salvador:** Sara Ruíz Sanjuán
- **Nicarágua:** João Carlos Paes Freitas Catarino Anselmo (Coordenador Geral América Central).
- **Angola:** Adolfo Cagiza
- **Moçambique:** Claire M. Fallender

2.3 Caracterização dos Recursos Humanos da Oikos

Em 2007, no âmbito da elaboração do Relatório de Responsabilidade Social - Ano Zero, a Oikos procedeu a uma caracterização dos recursos humanos da organização, verificada pela auditoria da SGS. Esta caracterização, teve como base uma bateria de indicadores, desenvolvida com apoio voluntário da KPMG, e aplicada à totalidade do universo dos colaboradores em Agosto de 2007 (139). Seguidamente apresentamos, de forma gráfica, os resultados principais.

Localização - sede/delegações		
Sede 12,95%	Portugal	12.95%
Deleg. 87,05% De Delegaç 87,05%	Angola	11.51%
	Mozambique	34.53%
	Bolivia	2.16%
	Peru	17.27%
	Honduras	1.44%
	Nicaragua	3.60%
	Cuba	4.32%
	Guatemala	0.72%
	Indonésia	11.51%

Género - sede/delegações		
Femenino 33,81%	Femenino - sede	7.19%
	Femenino - delegações	26.62%
Masculino 66,19%	Masculino - sede	5.76%
	Masculino - delegações	60.43%

Níveis etários - sede/delegações		
[18/26] 12,33%	sede	2.16%
	delegações	10.17%
[27/35] 31,65%	sede	2.88%
	delegações	28.78%
[36/44] 28,06%	sede	5.04%
	delegações	23.02%
[45/60] 25,18%	sede	2.88%
	delegações	22.30%
>60 2,88%	sede	0%
	delegações	2.88%

Habilitações literárias dos colaboradores - sede/delegações		
Básico 11,15%	sede	0%
	delegações	11.51%
Secundário 39,57%	sede	0,72%
	delegações	38.5%
Superior 48,92%	sede	12.23%
	delegações	36.69%

Antiguidade - sede/delegações		
[0/1] 36.69%	sede	6.47%
	delegações	30.22%
[2/5] 34.53%	sede	2.8%
	delegações	31.65%
[6/10] 19.42%	sede	0.72%
	delegações	18.71%
+10 9.35%	sede	2.88%
	delegações	6.47%

Tipo de contrato - sede/delegações		
Prestação de Serviços: 20.86%	sede	3.60%
	delegações	17.27%
Estágio: 2.16%	sede	0.72%
	delegações	1.44%
A termo certo : 64.75%	sede	5.76%
	delegações	58.99%
Sem termo : 12.23%	sede	2.88%
	delegações	9.5%

Áreas funcionais - sede/delegações		
Direcção : 2.16%	sede	2.16%
	delegações	0%
Operações: 79.86%	sede	5.04%
	delegações	74.82%
Serviços partilhados: 17.99%	sede	5.76%
	delegações	13.23%

Média de antiguidade dos colaboradores em funções de chefia: **3.65 anos**

Taxa de rotatividade: **0.08**

Antiguidade média dos Colaboradores -
4.11 anos
Taxa de rotatividade - **0.26**

Funções de Chefia - Colaboradores - sede/delegações		
Com funções de chefia: 14.39%	sede	6.47%
	delegações	7.91%
Sem funções de chefia: 85.61%	sede	6.47%
	delegações	79.14%

Género dos Colaboradores com funções de chefia - sede/delegações		
Femenino: 35.90%	sede	15.00%
	delegações	20.00%
Masculino: 65.00%	sede	30.00%
	delegações	35.00%

Níveis etários dos colaboradores com funções de chefia - sede/delegações		
[18/26] 5.00%	sede	5.00%
	delegações	0%
[27/35] 55.00%	sede	15.00%
	delegações	40.00%
[36/44] 30.00%	sede	25.00%
	delegações	5.00%
[45/60] 10.00%	sede	0%
	delegações	10.00%

2.4 Criação de Valor Partilhado

Na análise das oportunidades de actuação e nos processos de tomada de decisão, quer em termos individuais quer em contexto de parceria, assumimos a responsabilidade da gestão racional e partilhada dos recursos humanos, económicos, sociais, naturais e culturais para o benefício das gerações presentes e futuras.

Promovemos a criação de cadeias de valor sustentáveis, assentes em dinâmicas de transformação social, de parcerias tri-sectoriais e cooportunidade para o desenvolvimento de comunidades locais e regionais, competitivas e responsáveis, sendo todas as actividades avaliadas em termos de agregação de valor, escala e reapplicabilidade e os resultados alvo de um processo de melhoria constante.

Proibimos expressamente as práticas ilegais de corrupção, de comissões, de facturação falsa, de favorecimento a entidades públicas ou privadas e de concorrência desleal para a obtenção de vantagens competitivas.

Os nossos parceiros

A nossa especificidade, a capacidade de intervenção e de obtenção de impactos sustentáveis dependem da excelência da rede de parcerias de valor acrescentado que potenciamos, tanto à escala global como regional e local, entre cidadãos, entidades públicas e entidades privadas.

Não actuamos sozinhos nem nos substituímos às comunidades e organizações locais, verdadeiros protagonistas do desenvolvimento. Trabalhando em rede, a nossa acção é realizada em parceria com governos e autarquias, organizações não governamentais e grupos de base, empresas, igrejas, centros de cultura e associações profissionais.

Redes e plataformas

Para consolidar o trabalho efectuado com os parceiros locais e potenciar a criação de conhecimento partilhado, pertencemos a redes nacionais e internacionais.

Plataforma Portuguesa das ONGD

Reúne 49 Organizações Não Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento portuguesas.

ANIMAR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local

Uma rede para o desenvolvimento local em meio rural que, desde Março de 1999, alargou o seu âmbito de intervenção a territórios urbanos e tem agora dimensão nacional.

EUROSTEP - *European Solidarity Toward Equal Participation of People*

Rede europeia que luta por uma sociedade mais solidaria e participativa, vocacionada para o debate das políticas de cooperação junto da União Europeia, do Banco Mundial, FMI, OMC e outras Organizações Internacionais; um dos projectos mais significativos da Eurostep é o apoio à publicação anual do Relatório da Ajuda - Reality of Aid, um dos relatórios mais conceituados a nível internacional no que diz respeito a análise e avaliação da Ajuda Publica ao Desenvolvimento.

CIFCA - *Copenhagen Initiative for Central America and Mexico*

Organização constituída para monitorizar e influenciar as políticas da União Europeia para a América Central.

European Platform for Conflict Prevention and Transformation

Rede de 150 ONG europeias envolvidas na prevenção e/ou resolução de conflitos violentos a nível internacional.

Social Watch

Coligação internacional de monitorização dos compromissos e avanços efectivos das políticas de erradicação da pobreza e equidade de género dos governos e organismos internacionais; anualmente é produzido um relatório “Social Watch/Observatório da Cidadania”, sendo a Oikos a única instituição portuguesa membro desta coligação.

Global Call for Action Against Poverty

Coligação de mais de 900 organizações em 70 países, responsável pela campanha global de luta contra a pobreza; em Portugal, a campanha intitula-se “**PobrezaZero**” e foi lançada e liderada pela Oikos até 2007, sendo actualmente dinamizada por um consórcio de que fazem parte a **Oikos**, a **Amnistia Internacional**, a **Quercus** e os **Médicos do Mundo**.

CE/DG-ECHO

É o Departamento de Ajuda Humanitária da União Europeia, que providencia assistência de emergência às vítimas de desastres naturais ou conflitos armados, fora da União Europeia, e é o maior financiador nesta área; através do seu fundo de financiamento, todos os anos são ajudados 18 milhões de pessoas, em mais de 60 países, através de 200 parceiros, entre ONG e agências da ONU. A Oikos mantém um Contrato Quadro de Cooperação com a DG-ECHO.

ECOSOC

É o principal órgão das Nações Unidas de coordenação das actividades económicas e sociais, das 14 agências especializadas das Nações Unidas, das 10 comissões funcionais e das 5 comissões regionais; actua como fórum central de discussão de questões económicas e sociais internacionais e de formulação de recomendações políticas para os estados membros das Nações Unidas. A Oikos tem estatuto consultivo, desde o ano 2000, no ECOSOC.

3 Desafios da Gestão

3.1 Reposicionamento estratégico e gestão da mudança

A necessidade de reposicionamento estratégico da Oikos, há muito diagnosticada, é um processo que teve um impulso definitivo no último trimestre de 2006 e durante o ano de 2007. Para tal muito contribuiu o esforço em torno da produção do primeiro relatório de responsabilidade social de uma ONGD portuguesa, o desenho de um novo plano estratégico e a aposta no envolvimento sistemático dos *stakeholders* identificados.

3.1.1 Relatório de responsabilidade Oikos: ano zero (2006-07)

A necessidade de repensar o nosso modelo de gestão e posicionamento enquanto ONGD com intervenção transnacional levou a Oikos a enveredar por um processo de introspecção interno, de *empowerment* e de partilha com os diferentes *stakeholders* totalmente inovador e pioneiro entre as organizações do chamado Terceiro Sector ou da Economia Social.

Hoje, mais do que nunca, levanta-se a questão da legitimidade, da capacidade para gerir os recursos (económicos, humanos, ambientais, culturais, etc.) da responsabilidade das organizações sociais (correlacionada com o seu desempenho) e, sobretudo, da prestação de contas (*accountability*) a todas as partes interessadas relativamente à forma como os recursos são geridos.

Por estas razões, e com o intuito de responder à pergunta sobre “qual o benefício que a nossa actuação cria aos seus *stakeholders* e à sociedade?” a Oikos produziu, mandou verificar e publicou o seu primeiro “Relatório de Responsabilidade Social”⁴. *Cf. Anexo I.*

Subjacente à elaboração do relatório está a decisão de iniciar um processo de profissionalização da Oikos, que passará pela obtenção da certificação de qualidade ISO9001 e SA8000, a médio prazo.

Para a elaboração e difusão do relatório foram definidos os seguintes objectivos e resultados.

objectivo geral

desenvolvimento de uma cultura de equidade, responsabilidade, transparência e *accountability*, através de um processo de envolvimento dinâmico dos distintos actores sociais identificados para partilha de conhecimento, de objectivos, expectativas e resultados, que permitam a criação de “bem comum”.

objectivo específico

reportar a linha-base de *performance* Oikos, segundo os pilares da sustentabilidade, a partir da qual se irá estruturar o processo de profissionalização da organização.

⁴ Cooperação e Desenvolvimento, OIKOS (2007). Relatório de Responsabilidade Oikos - Ano Zero (2006-07). Versão Integral disponível em: <http://www.oikos.pt/PDF/relatorio%20oikos%20integral.pdf>

resultados esperados

R1 processo interno de aprendizagem e melhoria contínua;

R2 melhoria do relacionamento, comunicação e criação de valor partilhado com os *stakeholders* identificados;

R3 reposicionamento estratégico e reforço da liderança social e da reputação institucional;

R4 solução/modelo de fortalecimento e profissionalização do terceiro sector;

Para a concretização destes resultados, a Oikos realizou as seguintes actividades, abundantemente documentadas no relatório:

A1.1 actualizar o enquadramento conceptual de orientação da actividade;

A1.2 efectuar um levantamento da linha-base de performance da Oikos nas áreas de acção humanitária e vida sustentável;

A1.3 iniciar o desenho de um sistema integrado de gestão Oikos (SIGO);

A1.4 integrar o processo de aprendizagem e melhoria contínua - ao nível das dimensões técnicas, económicas, ambientais e sociais - com o sistema de monitorização e avaliação de projectos;

A1.5 introduzir objectivos e procedimentos de aprendizagem e melhoria contínua nas relações de parceria;

A2.1 identificação e caracterização dos principais *stakeholders* da Oikos;

A2.2 negociação das bases de enquadramento para o processo de envolvimento com os *stakeholders* identificados;

A2.3 dinamizar a comunicação interna e externa, tornando-a um instrumento de gestão estratégica;

A3.1 identificação dos desafios, oportunidades e riscos futuros;

A3.2 redefinição dos princípios de desenvolvimento da actividade Oikos;

A3.3 identificação das competências críticas de sucesso;

A3.4 estabelecimento das bases para o alinhamento da gestão das operações e da administração financeira, com a estratégia institucional, em coerência com a visão e missão da Oikos;

A4.1 fundamentação da aplicação de um modelo de reporte integrado de desempenho económico, ambiental e social, no âmbito das organizações do terceiro sector;

A4.2 estabelecimento de parcerias estratégicas para a profissionalização da estrutura;

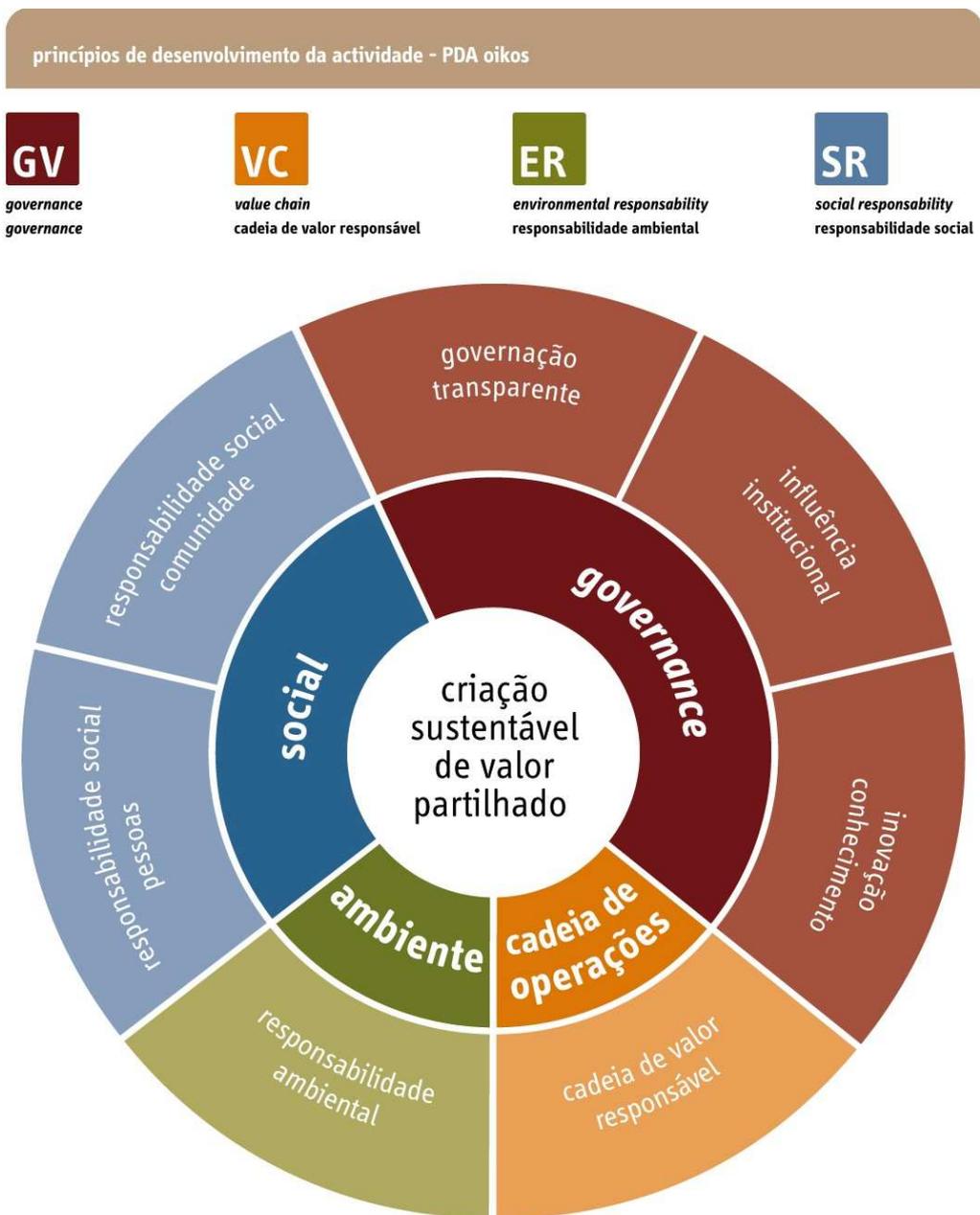
A4.3 início do desenvolvimento de um referencial que permita a comparabilidade do desempenho (*benchmarking*) com outros actores sociais;

A4.4 arranque de um processo de sistematização e difusão da aprendizagem institucional com o processo de profissionalização da Oikos, de modo a contribuir para o fortalecimento do terceiro sector;

A4.5 desenvolvimento, em articulação com os parceiros de profissionalização, de espaços e ferramentas de capacitação dos actores do terceiro sector.

O relatório, verificado externamente pela SGS-ICS, analisa o desempenho e os impactos da Oikos a nível económico, ambiental e social, de acordo com o modelo definido nos Princípios de Desenvolvimento da Acção da Oikos, e simbolizado pela **figura 2**:

Figura 2: Modelo de Criação Sustentável de Valor Partilhado



Para analisar e reportar o seu desempenho, a Oikos definiu uma linha-base de performance considerando todas as acções (projectos, campanhas e eventos) alvas de análise contabilística no exercício referente ao ano de 2006. Os dados dos projectos que não terminaram no decorrer de 2006, e considerando a necessidade de disponibilizar informação passível de análise de tendências e de comparabilidade com iguais períodos de reporte em relatórios futuros, têm como data de avaliação Abril de 2007.

Sem prejuízo de uma leitura cuidada do relatório de responsabilidade social da Oikos, ressaltam-se seguidamente os principais resultados do desempenho da actividade da Oikos, de acordo com a linha de base estabelecida.

Gráfico 1: Resultados atingidos, ponderados pelo valor financeiro executado

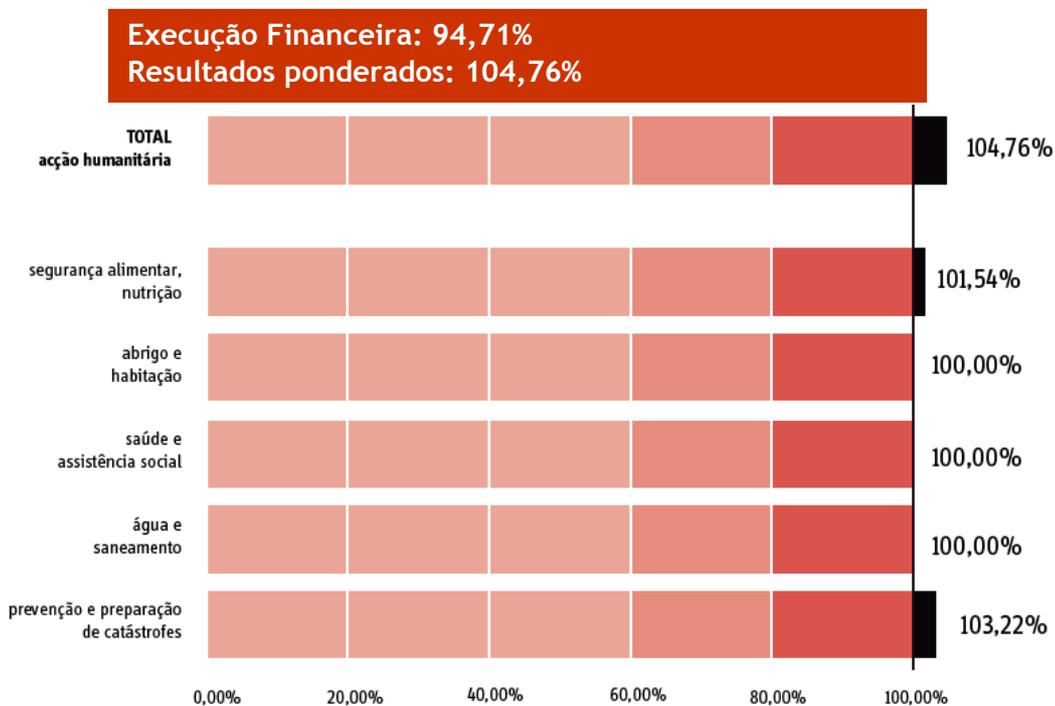


Gráfico 2: Performance da Oikos na Acção Humanitária ao nível dos Beneficiários Atingidos

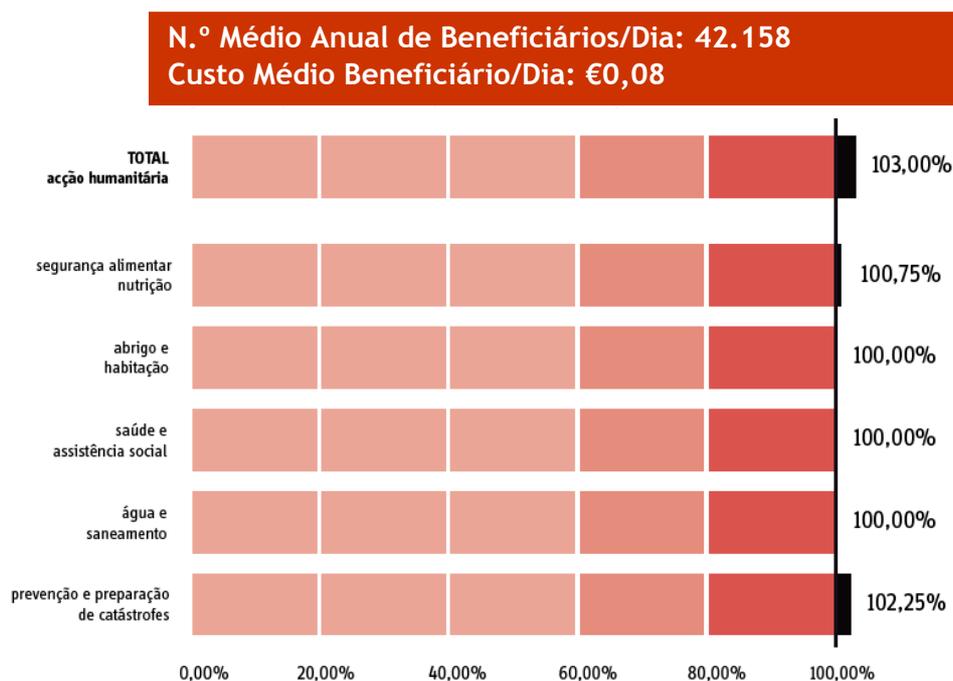


Gráfico 3: Performance da Oikos na Promoção da Vida Sustentável (Desenvolvimento) ao nível da Execução Financeira

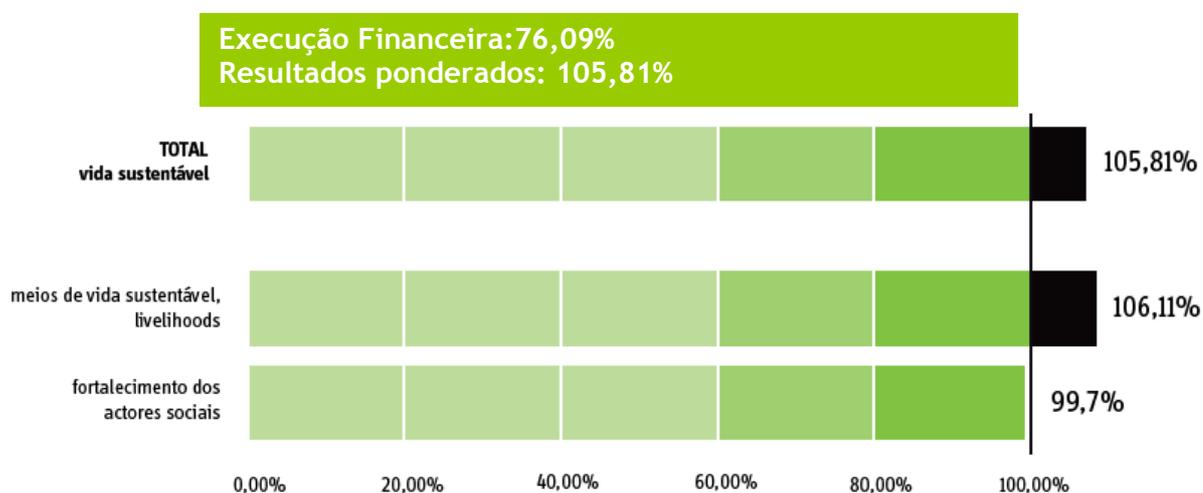
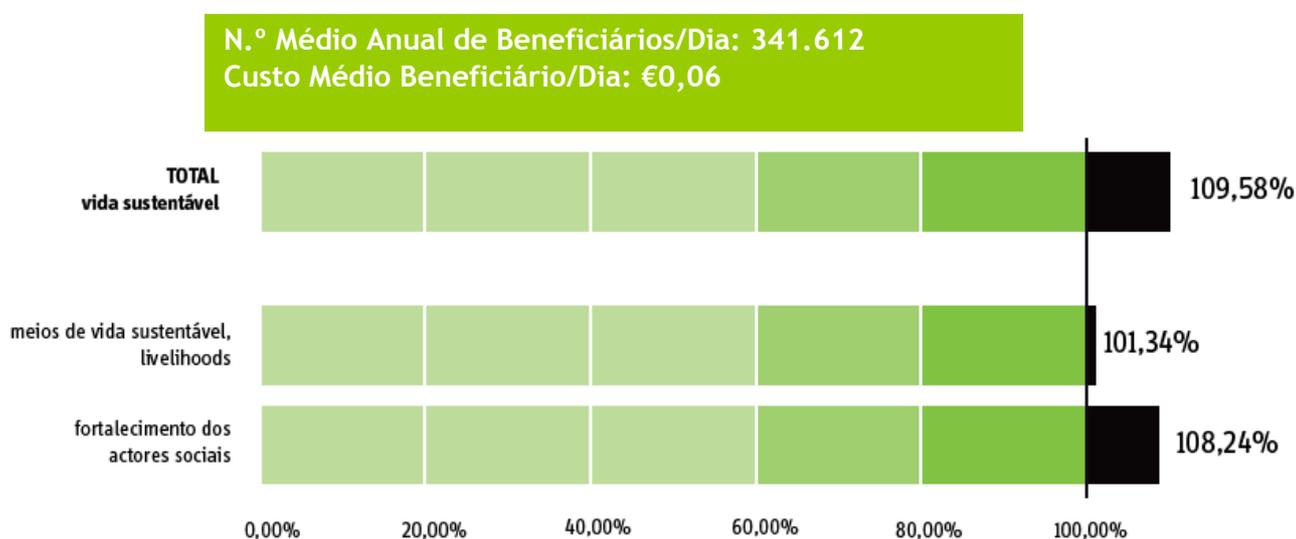


Gráfico 4: Performance da Oikos na Promoção da Vida Sustentável (Desenvolvimento) ao nível dos Beneficiários Atingidos



3.1.2 Desenho de um Novo Plano Estratégico (2007-2010)

O plano estratégico para o período de 2007-2010 é um exercício de transição que pretende reposicionar a Oikos como uma organização internacional líder no desenvolvimento de soluções sustentáveis para a erradicação da pobreza.

O Plano Estratégico, amplamente difundido no âmbito do Relatório de Responsabilidade Social⁵, supramencionado, contém os seguintes elementos:

- Diagnóstico dos desafios, riscos e oportunidades.
- Análise SWOT, identificando, ao nível da dimensão interna, os pontos fortes (*strengths*) e os pontos fracos (*weaknesses*) e, ao nível da dimensão externa, as oportunidades (*opportunities*) e as ameaças (*threats*).
- Princípios e valores.
- Abordagem ao desenvolvimento segundo os Direitos Económicos, Ambientais, Sociais e Culturais (DEASC).
- Estruturação da actividade de acordo com um *Continuum* de desenvolvimento (Acção Humanitária, Vida Sustentável e Cidadania Global).
- Temáticas centrais de impacto.
- Política Oikos.
- Competências críticas de sucesso.
- Objectivos estratégicos Oikos.
- *Balanced Scorecard* da Oikos.

Um plano estratégico tem como objectivo principal focalizar a acção da organização. Neste sentido, apresentamos aqui as temáticas centrais de impacto, ou seja, as áreas em que a Oikos irá focalizar a sua acção e gestão de conhecimento.

Tabela 1: Temáticas Centrais de Impacto

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none">- Saúde pública, água e saneamento;- Segurança alimentar e meios de vida sustentáveis / livelihoods;- Alterações climáticas;- Finança ética (financiamento do desenvolvimento);- Consumo responsável;- Compras públicas responsáveis;- Fortalecimento e profissionalização dos actores sociais. |
|---|

Para que o reposicionamento estratégico seja efectivo, a Oikos identificou um conjunto de competências críticas de sucesso.

⁵ Ibidem, pp. 44-71.

Tabela 2: Competências Críticas de Sucesso

Actividade

- “Identidade” e “valor de marca Oikos - facilitador de soluções”;
- Definição estratégica das temáticas e focos centrais de impacto da Oikos:
 - Consolidar a capacidade de criação de impacto nas temáticas de “água e saneamento”, “segurança alimentar” e “meios de vida sustentável/*livelihoods*”;
 - Desenvolver soluções de redução e de compensação das emissões de carbono, através do investimento voluntário em projectos de mitigação e adaptação às alterações climáticas e de erradicação da pobreza nos países em desenvolvimento;
 - Reforçar a capacidade de criação de impacto nas temáticas de finança ética, consumo responsável e compras públicas responsáveis;
 - Potenciar o fortalecimento e profissionalização dos actores sociais para a criação de “bem comum” e, através da nossa própria experiência, induzir à profissionalização dos nossos parceiros do terceiro sector;
- Sistema transversal de aprendizagem;
- Consolidação técnica e operacional do potencial de intervenção de desenvolvimento e de reaplicabilidade;
- Inovação e melhoria contínua;
- Gestão integrada da rede de parcerias nas operações.

Estrutura

- Gestão de informação;
- Exigências de qualidade de gestão e de reporte;
- Gestão partilhada de conhecimento;
- Atração e retenção de talentos (colaboradores e voluntários);
- Profissionalizar, integrar e certificar os processos de gestão;
- Qualidade total, inovação e melhoria contínua;
- Criar e desenvolver parcerias estratégicas para a profissionalização;
- Crescer em rede com o terceiro sector e com o sector público e privado;
- Gestão integrada de *fundraising*;
- Gestão transversal da comunicação;
- Cultura de reporte e *accountability* dirigida aos *stakeholders* identificados, integrando as dimensões financeira, ética, social e ambiental.

E definiu os objectivos estratégicos a prosseguir.

Tabela 3: Objectivos Estratégicos Oikos

Actividade

- Reforçar a liderança;
- Potenciar a criação de uma “identidade Oikos”;
- Assumir o papel de facilitador de soluções sustentáveis para a erradicação da pobreza em comunidades latino-americanas e de expressão oficial portuguesa;
- Obter a certificação de qualidade ISO 9000 e a certificação de Responsabilidade Social SA8000 em 2008;
- Excelência operacional: desenvolver a capacidade de criação de impacto nas temáticas de água e saneamento, segurança alimentar e meios de vida sustentáveis/*livelihoods*, alterações climáticas, finança ética, consumo responsável, compras públicas responsáveis, fortalecimento e profissionalização dos actores sociais;
- Sistematizar toda a dinâmica operacional segundo o *continuum* de intervenção Oikos;
- Implementar uma metodologia integrada de planeamento, definição de indicadores,

- monitorização, avaliação e melhoria contínua em todas as intervenções;
- Gestão integrada da rede de parcerias nas operações;
- Alargar a base social de apoio: mobilizar para a Cidadania Global e dinamizar as Redes Solidárias.

Estrutura

- Redesenhar o modelo organizacional;
- Desenvolver um sistema integrado de informação;
- Desenvolver estrategicamente as competências dos colaboradores;
- Desenhar e aplicar um sistema transversal de inovação e aprendizagem;
- Implementar um sistema de avaliação de competências e desempenho dos colaboradores.
- Consolidar o modelo de governação transparente e participativo;
- Criar o conselho de gestão de risco - *multistakeholder*;
- Promover um processo contínuo de envolvimento dos *stakeholders* identificados;
- Desenvolver um sistema integrado de gestão Oikos;
- Dinamizar um sistema certificável de qualidade total;
- Estabelecer um processo transversal de gestão da comunicação;
- Criar e desenvolver parcerias estratégicas para a profissionalização;
- Crescer em rede com o terceiro sector e com o sector público e privado;
- Potenciar a gestão financeira da Oikos;
- Optimizar os custos de estrutura, melhorar a eficiência e aumentar a autonomia;
- Fidelizar/alargar as redes de doadores/financiadores - gestão de *fundraising*;
- Promover uma cultura de reporte e *accountability* perante os nossos beneficiários directos, parceiros de cooperação, financiadores e sociedade civil.

3.1.3 Envolvimento dos Stakeholders

A complexidade dos desafios e das responsabilidades que a promoção do desenvolvimento humano sustentável requer implica elevados padrões de exigência, de qualidade, de inovação e de transparência só possíveis através de um processo de **aprendizagem societal**.

O envolvimento sistemático dos *stakeholders* identificados, através das alianças e dos recursos que promovem e disponibilizam, assume um papel vital na real capacidade de eficiência e de *performance* de uma ONGD.

O processo de identificação, mapeamento, envolvimento e satisfação de *stakeholders*, iniciado em Abril de 2007⁶, segue a metodologia proposta no manual para a prática de relações com os grupos de interesse - das palavras à acção, o compromisso com os *stakeholders* - AccountAbility, United Nations Environment Programme, Stakeholders Research Associates Canada Inc..⁷



Fig. 3: Processo de Envolvimento dos Stakeholders

⁶ Processo integralmente descrito no Relatório de Responsabilidade Social da Oikos, pp. 72-81.

⁷ Disponível em: <http://www.unep.org> e <http://www.accountability21.org>

Os procedimentos deste processo, estão planificados segundo cinco etapas com as respectivas metas:

- **etapa 1: pensamento estratégico** - identificar os *stakeholders* e os temas-chave da organização;
- **etapa 2: análise e planificação** - avaliar a situação actual da organização, conhecer melhor os temas e os representantes dos *stakeholders* identificados e planificar em conformidade;
- **etapa 3: fortalecimento das capacidades de envolvimento** - identificar as capacidades individuais e os sistemas organizacionais necessários para o envolvimento efectivo dos *stakeholders* identificados;
- **etapa 4: relacionamento** - planificar e executar as actividades de envolvimento efectivo dos *stakeholders* identificados;
- **etapa 5: actuar, rever e informar** - traduzir os novos conhecimentos, experiências e acordos em acções.

No âmbito da etapa 1 (pensamento estratégico), realizada em 2007, a Oikos identificou um conjunto de vantagens, objectivos e temas para o envolvimento dos *Stakeholders*.

Vantagens do envolvimento estratégico dos *stakeholders*

- Desenvolver a confiança entre a organização e os stakeholders;
- Facilitar uma melhor gestão do risco e da reputação;
- Identificar as necessidades, os temas materiais, as percepções e as expectativas dos stakeholders;
- Possibilitar aprendizagem partilhada para a melhoria de serviços e processos;
- Partilhar recursos, conhecimento e competitividade;
- Informar, capacitar e influenciar para os processos partilhados de decisão;
- Desenvolver a actividade e identificar novas oportunidades;
- Potenciar a equidade e a sustentabilidade.

Objectivos que enquadram o envolvimento dos *stakeholders*

O objectivo geral é o desenvolvimento de uma cultura de equidade, responsabilidade, transparência e *accountability* que potencie a criação de “bem comum” e permita o desenvolvimento de competências para o fortalecimento e a profissionalização do terceiro sector.

Temas a ser focados no processo de envolvimento dos *stakeholders*

Os temas alvo do processo de envolvimento de *stakeholders* devem estar alinhados com as temáticas centrais de impacto da actividade e das competências estratégicas do processo de profissionalização e gestão da mudança.

A “linha-base de performance Oikos”, permitirá a estruturação do conhecimento partilhado para o processo de aferição e validação de indicadores, avaliação, revisão e melhoria agora iniciado.

Qualquer processo de envolvimento de *stakeholders* deve, contudo, começar por mapear as partes interessadas.

Este é o mapa geral de tipificação dos *stakeholders* identificados pela Oikos.

Figura 4: Stakeholders Identificados pela Oikos

<i>stakeholders</i> internos	associados		
	directivos		
	colaboradores		
	voluntários		
<i>stakeholders</i> externos	redes solidárias oikos		
	redes de pertença		
	redes de conhecimento		
	parceiros estratégicos de reforço da profissionalização		
	fornecedores		
	governos e entidades reguladoras		
	entidades do sector público, sector privado e terceiro sector		
	media		
	financiadores	instituições públicas	
		instituições do terceiro sector	
		entidades privadas	
	parceiros	internacionais	
		locais	
beneficiários			
grupos alvo			
comunidades			

No processo de envolvimento, nem todos os *stakeholders* tem igual peso e importância. O grande desafio que actualmente se coloca no desenho e processo de envolvimento é criar relações mais equilibradas com e entre os diversos *stakeholders*, onde as vozes dos que recebem o maior impacto da organização não fiquem na sombra dos interesses dos que tem maior poder de pressão.

Surge então a necessidade de identificar e priorizar as relações com os *stakeholders* chave/referenciais.

Tendo por base o modelo de mapeamento já apresentado e uma matriz de influência e dependência de *stakeholders*, identificámos e priorizámos os seguintes *stakeholders* como representativos para o processo de envolvimento:

Figura 5: Stakeholders Representativos

stakeholders Internos	associados	membros da assembleia- geral
	directivos	membros do conselho fiscal
		membros do conselho directivo
		membros da direcção executiva
	colaboradores	colaboradores - sede
		colaboradores - delegações
	voluntários	voluntários - sede
		voluntários - delegações

Ao nível dos *stakeholders* internos, priorizámos o envolvimento dos membros dos órgãos sociais, necessário para a validação do início do processo, e dos colaboradores da sede, visto ser sobre estes que recai o principal esforço de sistematização das acções.

Sendo o processo de profissionalização vital para assegurar a aquisição e o desenvolvimento de competências, priorizámos o envolvimento dos parceiros estratégicos de profissionalização.

Em termos de redes de pertença, iniciámos o processo com a Plataforma ONGD Portugal, considerando que a Oikos era, em 2007, membro da direcção e possibilitando, desde o primeiro momento, o envolvimento do terceiro sector.

A opção do GCAP - *Global Call for Action Against Poverty* prende-se com a importância directa na actividade de influência pública da Oikos.

Igual critério foi utilizado para a escolha dos GED Oikos, Grupo de Educação ao Desenvolvimento da Oikos, grupo dinamizado por professores voluntários da Oikos e os NED Oikos, Núcleos de Educação ao Desenvolvimento, dinamizados por professores e alunos, em diversos pontos do país, como referencial para as redes solidárias Oikos, já que desempenham um papel vital no esforço de Educação para a Cidadania Global.

Figura 6: Stakeholders Externos: parceiros estratégicos, redes de pertença e redes solidárias

stakeholders externos	parceiros estratégicos de profissionalização	gestão da informação - Dreamsolutions
		gestão do conhecimento - Avina e Cies
		gestão do recursos humanos - KPMG
		gestão do <i>fundraising</i>
		auditoria e certificações - KPMG e SGS
	redes de pertença	Plataforma - ONGD Portugal
		GCAP
		Social Watch
	redes solidárias oikos	Movimento de Cidadãos Solidários oikos
		GED oikos
		NED oikos
		Doadores

Em termos de financiadores, a opção de priorização prendeu-se com a relação institucional de tutela desempenhada pelo IPAD e com a importância estratégica do contrato quadro estabelecido com a DG ECHO.

No caso da Fundação Avina, a razão da escolha está associada à colaboração sempre dispensada para a profissionalização da Oikos.

O processo de envolvimento dos parceiros deverá ser acompanhado pela sistematização de procedimentos para o desenvolvimento e avaliação das parcerias. Esta sistematização será efectuada até final de 2008.

Figura 7: Stakeholders Externos: parceiros de actividade

stakeholders externos	parceiros	internacionais	acção humanitária	Practical action (Reino Unido), ACSUR (Espanha)
			vida sustentável	Practical action (Reino Unido), ACRA (Itália), ACSUR (Espanha)
			bem comum	Ecoprogresso, KPMG (Portugal)
			educação cidadania global	CIC-Batá, ECODES (Espanha) Euronatura (Portugal)
			influência pública	Quercus, Amnistia Internacional (Portugal) Médicos do Mundo (Portugal)
		locais	acção humanitária	Funsalprodese (El Salvador) UNAC (Moçambique)
			vida sustentável	Funsalprodese (El Salvador) UNAC (Moçambique), Universidade Centroamericana (Nicarágua) Cáritas, IECA (Angola)
			bem comum	Câmara Municipal do Cartaxo Câmara Municipal de Oeiras
			educação cidadania global	Rede ED

Os compromissos estabelecidos e o processo de avaliação com os distintos beneficiários das actividades da Oikos, devidamente identificados e avaliados segundo as metodologias definidas nas acções e nos projectos, estão a ser alvo de um processo de sistematização, de aprendizagem e de gestão do conhecimento. Este processo encontrará eco nos relatórios de gestão futuros.

A segmentação dos beneficiários e grupos-alvo é efectuada de acordo com o *continuum* de desenvolvimento Oikos: Beneficiários da “Acção Humanitária” e da “Vida Sustentável”; Grupos-alvo da “Educação para a Cidadania Global” e da “Influência Pública”.

3.2 Sistematização da aprendizagem de Gestão do Conhecimento

Qualquer esforço de reposicionamento estratégico depende, em grande medida, da capacidade de aprendizagem da organização. As lições aprendidas, a análise em torno das capacidades e conhecimentos em que a organização tem mais-valias, são factores decisivos no apoio à decisão sobre o foco estratégico. Neste sentido, em 2007, a Oikos decidiu investir num processo de Sistematização da aprendizagem institucional e de Gestão do Conhecimento.

Em Fevereiro de 2007, com apoio da Fundação Avina, a Oikos iniciou um projecto de melhoria de gestão, focalizado no fortalecimento da capacidade de aprendizagem, de sistematização das lições aprendidas e gestão de conhecimento. O processo envolveu as equipas da Oikos na América Latina e na Sede (Portugal) e alguns parceiros locais da América do Sul e América Central, utilizando como estudos de caso/experiência piloto dos Projectos no Golfo de Fonseca (América Central) e em Apurimac (Andes Peruanos).

O projecto permitiu à Oikos a realização de um diagnóstico e análise das debilidades e potencialidades dos processos de sistematização de aprendizagens internas. Para facilitar o processo foi contratada uma equipa de consultores do GNTP - Grupo Nacional de Trabajo para la Participación, do Programa de Aprendizagem Regional (PAR-DFID) e ODI - Development Institute, através do seu grupo RAPID (Research and Policy in Development).

O diagnóstico e análise iniciou-se com um exercício colectivo (Oikos e seus parceiros da América Latina) de partilha de um quadro de referência estratégica comum. Seguiu-se a aplicação uma avaliação participativa de capacidades organizacionais (APCO). A APCO ou EPCO (Evaluación Participativa de Capacidades Organizacionales) é uma metodologia que promove o desenvolvimento a partir da prática e a aprendizagem no interior da organização. A aplicação da metodologia foi efectuada, não apenas à Oikos, mas à articulação da Oikos e seus parceiros locais na América Central e Peru. A síntese dos resultados do diagnóstico é apresentada na tabela seguinte.

Tabela 4: Matriz de Ordem do Consenso e Capacidade

Área	Ordem de Capacidade	Pontuação da Capacidade*	Ordem de Consenso	Pontuação do Consenso*
Monitorização e Avaliação	6	50	1	91
Coerência Estratégica Institucional	3	64	2	87
Risco para a Gestão Institucional	5	52	3	84
Gestão do Conhecimento Participativo	4	63	4	79
Gestão do Conhecimento para o trabalho em rede	2	65	5	77

Capacidades e Competências Internas	1	73	6	26
-------------------------------------	---	----	---	----

* Escala de 1 a 100.

Como consequência deste diagnóstico, serão implementadas algumas medidas de melhoria de gestão, em especial na apropriação e harmonização dos sistemas de monitorização e avaliação, e na gestão do risco institucional, as duas áreas com pontuação mais baixa ao nível da capacidade.

O processo continuou com a implementação de exercícios aplicados de sistematização das experiências piloto no âmbito dos projectos da Oikos em Apurimac (Peru) e Golfo de Fonseca (América Central). A aprendizagem gerada, é de grande utilidade para o reposicionamento estratégico da Oikos na América Latina, mas também para a capacitação dos recursos humanos da organização e seus parceiros locais.

O projecto de melhoria de gestão irá ainda produzir e pública, em 2008, dois manuais para apoio aos recursos humanos em matéria de gestão e conhecimento e sistematização de aprendizagens, a saber:

- Guia Metodológica - Sistematização de Experiências.
- Guia de Gestão de Conhecimento.

Ambas as publicações resultam do trabalho realizado em 2007 e contam com o apoio do GNTP e do Grupo RAPID.

4 O que fazemos

4.1 Indicadores socioeconómicos dos Países onde Actuamos

Todos os países onde a Oikos desenvolve projectos de cooperação para o desenvolvimento são países de baixo índice de desenvolvimento humano, segundo a classificação do PNUD.

Tabela 5: Indicadores Socioeconómicos

País	Pop (milhões)	Pib/pc (USD ppp)	p.a.n.p (%)	e.v. (anos)	a.M (%)	a.H (%)	m.i. (‰)	a.a.p. (%)	IDH rank	IDH valor
Portugal	10,4	19,629	n.a.	77,5	9	9	4	100	28	0,904
Cuba	11,2	5,7	n.a.	77,6	3	3	6	91	50	0,826
Peru	27,2	5,678	31,8	70,2	13	5	24	83	82	0,767
Equador	13,0	3,963	37,2	74,5	9	6	23	94	83	0,765
El Salvador	6,8	5,041	40,6	71,1	22	17	24	84	101	0,729
Indonésia	220,1	3,609	52,4	67,2	16	7	30	77	108	0,711
Nicarágua	5,4	3,634	79,9	70	32	32	31	79	112	0,698
Bolívia	9,0	2,72	42,2	64,4	18	7	54	85	115	0,692
Honduras	7,0	2,876	44	68,1	24	24	31	87	117	0,683
Guatemala	12,3	4,313	31,9	67,6	36	22	33	95	118	0,673
Angola	15,5	2,18	69,4	41	72	44	154	53	161	0,439
Moçambique	19,4	1,237	78,4	41,6	67	36	104	43	168	0,390

Pop: população total

Pib/p.c: Produto Interno Bruto *per capita*

p.a.n.p: população abaixo do nível de pobreza internacional (<2 USD/dia)

e.v: esperança de vida

a.M: analfabetismo das mulheres

a.H: analfabetismo dos homens

m.i: mortalidade infantil

a.a.p: acesso a água potável

IDH rank: posição no ranking do IDH

IDH valor: índice de desenvolvimento humano (PNUD)

4.2 Projectos de Acção Humanitária

Os dois pilares fundamentais da acção humanitária são a assistência e a protecção. De uma forma geral, toda a acção humanitária contribui para assistir e proteger as pessoas mais vulneráveis perante uma situação de emergência, verificada ou potencial.

De acordo com o referencial do *Sphere Project: Humanitarian Charter and Minimum Standards in Disaster Response*, emergência pode ser definida como “uma situação em que os meios normais de suporte a vida com dignidade

falharam, em resultado de uma catástrofe natural ou provocada pelo Homem”.

Uma emergência é sempre uma situação extraordinária, presente ou iminente, na qual existem ameaças sérias e imediatas à vida humana e/ou aos meios de vida sustentáveis que fornecem o suporte a uma existência digna.

Contudo, nem sempre é evidente o que constitui uma situação de emergência, nem todos os terremotos ou furacões resultam numa destruição dos meios de subsistência ou da própria vida humana. O mesmo fenómeno pode causar impactos muito diferenciados sobre as vidas humanas e os meios de subsistência, devido aos distintos graus de vulnerabilidade ambiental, social e económica das populações atingidas.

Deste modo, a questão que se coloca à Oikos e a de determinar em que situações desencadear uma acção humanitária.

Os critérios que habitualmente seguimos no processo de decisão são:

- O nível de necessidades, avaliadas segundo referenciais técnicos;
- O espaço humanitário, cobertura das necessidades por parte de outras entidades;
- A existência ou não de um apelo internacional ou de um pedido das autoridades locais competentes à assistência internacional;
- A nossa capacidade de intervenção, tendo em consideração: o conhecimento do terreno e dos sectores de intervenção prioritários, a existência de recursos financeiros acessíveis, a capacidade operacional própria e/ou através de parceiros locais e internacionais, o acesso às populações mais necessitadas e, finalmente, critérios de segurança para equipas e meios da Oikos.

Actualmente, a Oikos e a ONGD portuguesa que, actuando ao longo do *continuum* da acção humanitária, o faz numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, em três continentes: África, Ásia e América Latina.

A nossa opção de resposta em termos de acção humanitária encontra-se, prioritariamente, orientada para as comunidades das regiões e países com as quais já trabalhamos, permitindo assim, através do conhecimento adquirido e já partilhado, uma maior rapidez no diagnóstico, eficiência na resposta e consistência no impacto da intervenção.

3B17 – Distribuição de bens agrícolas para o re-estabelecimento da produção alimentar a nível familiar nas zonas afectadas pelas inundações do rio Zambeze.

Local de intervenção	Moçambique. Distritos de Morrumbala (Província da Zambézia) e Mutarara (Província de Tete).			
Datas	Início	Abril 2007	Conclusão	Junho 2007
Beneficiários	<ul style="list-style-type: none"> - 8752 famílias, 221% acima da meta inicialmente prevista (4,000 famílias), receberam sementes hortícolas. - 630 dessas famílias, 16 % das famílias inicialmente projectadas (4,000 famílias), receberam mudas para a 			

	<p>produção de viveiros com árvores de fruto.</p> <ul style="list-style-type: none"> - 5429 famílias, 183 % dos beneficiários inicialmente seleccionados (3000 famílias), receberam semente de milho e feijão; - 88 % dos beneficiários seleccionados (1750 famílias) receberam 4 galinhas para reprodução e autoconsumo. - 57 formações técnicas foram administradas acerca das práticas de horticultura e gestão de galináceos. - 45 grupos de pequenos agricultores foram apoiados na produção de viveiros para futura distribuição de árvores de fruto a outras famílias.
Área do continuum	Acção humanitária - emergência
Sectores de intervenção	Segurança alimentar.
Financiadores	CE/DG-ECHO (ECHO/MOZ/EDF/2007/01002)
Orçamento Previsto	Orçamento total Executado: 138.065,02 € Contribuição da CE/DG-ECHO: 113.065,62 € Contribuição Gulbenkian: 25.000,00 €
Contexto	<p>As inundações no vale do rio Zambeze deixaram 285.000 pessoas sem habitação e meios de subsistência. 163.045 foram deslocadas, com mais de 110.000 a procurar refúgios em centros de acolhimento e 55.000 em centros de reassentamento. Cerca de 80.000 hectares de cultivos ficaram destruídos.</p> <p>A maioria das famílias afectadas vivem da agricultura de subsistência e auferem menos de \$1 USD por dia. Ao longo do curso do rio Chire, nas comunidades de Megaza (Morrumbala) e Inhangoma (Mutarara), pelo menos 25.000 famílias - integradas por uma média de 4,5 membros cada - perderam os cultivos agrícolas (milho, feijão e hortícolas) que serviam de suporte à sua dieta alimentar.</p> <p>Nos distritos de Morrumbala e Mutarara, mais de 50.000 pessoas viram-se forçadas a residir em campos de acolhimento. Estas famílias, salvaguardaram as suas habitações, edificadas em zonas altas, mas perderam os seus campos de cultivo mais férteis, situados nas zonas baixas e alagadas.</p>
objectivos gerais	OG1: Contribuir para a mitigação dos efeitos das cheias nas comunidades rurais nos distritos de <i>Morrumbala</i> e <i>Mutarara</i> .
objectivos específicos	OE1: Reactivação da capacidade de produção agrícola e de segurança alimentar para 4.500 famílias nos distritos de <i>Morrumbala</i> e <i>Mutarara</i> .
resultados esperados no fim do projecto	R1: Aumento do acesso a alimentos diversificados (hortícolas, carne de frango e ovos), por parte das famílias beneficiárias.

3B19 – Apoio ao Reassentamento da População afectada pelas cheias no Vale do Zambeze.

Local de intervenção	Moçambique. Distritos de Morrumbala (Província da Zambézia) e Mutarara (Província de Tete).			
Datas	Início	15-07-2007	Conclusão	30 Setembro 2008
Beneficiários	4,000 Famílias afectadas pelas Cheias no Vale do Zambeze: 2000 no Distrito de Morrumbala (Província da Zambézia) e 2000 no Distrito de Mutarara: <ul style="list-style-type: none"> – 500 Famílias: Água – 4,000 Famílias: Segurança alimentar; – 1,000 famílias e 240 crianças em 12 escolas: Preparação e Prevenção de Catástrofes. 			
Area do continuum	Acção humanitária - emergência			
Sectores de intervenção	Água e Saneamento; Segurança alimentar; Prevenção e Preparação de Catástrofes.			
Financiadores	CE/DG-ECHO (ECHO/MOZ/BUD/2007/01007)			
Orçamento Previsto	379,351.88 Euros (DG-ECHO: 347,314.00 Euros) Fundação Calouste Gulbenkian: 25.000 Euros Outros Fundos Privados: 7.037,88 Euros			
Contexto	Os distritos de Morrumbala e Mutarara, respectivamente nas Províncias da Zambézia e Tete, foram dos mais atingidos pelas cheias que atingiram Moçambique em Fevereiro de 2007 e que deixaram 285.000 pessoas sem casa e/ou meios de subsistência. Em Dezembro de 2007 o nível das águas dos rios Zambeze e Shire voltou a subir e a provocar novas inundações. De acordo com dados do Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC), a maioria das 285.000 pessoas atingidas pelas cheias do início de 2007, voltaram a ser afectadas no final de 2008.			
objectivos gerais	OG1: Contribuir para mitigar os efeitos das inundações em comunidades rurais no vale do rio Zambeze			
objectivos específicos	OE1: Apoiar o reassentamento através da melhoria do acesso sustentável a água e alimentação.			
resultados esperados no fim do projecto	R1: Melhorado o acesso a água para agricultura e consumo humano; R2: Famílias beneficiárias aumentam a sua produção de alimentos; R3: Fortalecidas as capacidades locais para mitigação de inundações futuras.			

4D06 – Ajuda de emergência às populações afectadas pelo terramoto nas Províncias de Yauyos e Cañete, Peru

Local de intervenção	Peru. Departamento de Lima, Províncias de Yauyos and Cañete.			
Datas	Início	20-09-2007	Conclusão	20-03-2008
Beneficiários	6,150 pessoas.			
Área do continuum	Acção humanitária - emergência			
Sectores de intervenção	Abrigo Temporário; Água e saneamento; Reactivação dos Meios de Vida;			
Financiadores	CE/DG-ECHO (ECHO/PER/BUD/2007/02008)			
Orçamento Previsto	390.000,00 € (DG-ECHO).			
Contexto	Os beneficiários desta acção são pessoas que vivem nas zonas rurais mais remotas das Províncias de Yauyos e Cañete, no Departamento de Lima, afectadas pelo terramoto de 15 de Agosto de 2007. O terramoto provocou a destruição de habitações, e danificou seriamente os sistemas de abastecimento de água potável e de irrigação. Esta população dedica-se à agricultura de subsistência, cultivando batata, milho, feijão e hortícolas. Também são criadores de gado, em especial ovelhas e cabras.			
objectivos gerais	OG1: Recuperar o nível de vida existente antes do terramoto nas províncias de Yauyos e Cañete.			
objectivos específicos	OE1: Reduzir o impacto do terramoto garantindo o acesso a água potável, irrigação e abrigo de qualidade.			
resultados esperados no fim do projecto	R.1. Pelo menos 1,800 pessoas afectadas estão instaladas em abrigos temporários. R.2. Pelo menos 4,200 pessoas têm acesso permanente a água potável nas quantidades mínimas essenciais. R.3. 4,000 metros de canais de irrigação reactivados e em funcionamento.			

5C04 - Sistema de Informação, Monitorização e Resposta Rápido na zona Sul do Departamento de Ahuachapán, El Salvador

Local de intervenção	El Salvador. Departamento de Ahuachapán. Municípios de San Francisco Menendez, Jujutla, Guaymango and San Pedro Puxtla, que constituem a Associação dos Municípios do Sul de Ahuachapán.			
Datas	Início	Fevereiro 2007	Conclusão	Setembro 2008
Beneficiários	Os beneficiários do projecto são aproximadamente: 46,874 46,566 a nível local, 48 a nível municipal, 110 a um nível micro regional, 60 a nível nacional , 90 a nível regional. Beneficiários indirectos / habitantes dos municípios = 126,607.			
Area do continuum	Acção humanitária - Preparação e Prevenção de Catástrofes (<i>Disaster Preparedness</i>)			
Sectores de intervenção	Prevenção e Preparação de Catástrofes.			
Financiadores	CE/DG-ECHO (DIPECHO) ECHO/DIP/BUD/2006/02018 IPAD			
Orçamento Previsto	Orçamento Total: 345.146,00 € Contribuição da DG-ECHO (DIPECHO): 285.000,00 € Co-financiamento IPAD: 39.484,50 € Outras contribuições (Oikos/Parceiros Locais): 10.330,50 €			
Contexto	<p>O projecto em implementação na micro região denominada Sul Ahuchapán e composta pelas Municipalidades de San Francisco Menendez, Jujutla, Guaymango e San Pedro Puxtla (Departamento de Ahuachapán, El Salvador).</p> <p>Estas municipalidades partilham indicadores socio-económicos que corroboram a vulnerabilidade da zona: a área é predominantemente rural e as 4 municipalidades, segundo o PNUD, figuram entre as 50 mais pobres e com menor acesso a água potável do país. Desde o ponto de vista ambiental, cabe mencionar a crescente desflorestação que tem afectado os bosques de mangais presentes na costa para deixar espaço a plantações de cana de açúcar; considere-se que os bosques de mangais, além do valor em termos ambientais e de biodiversidade, contribuem eficazmente a estabilidade dos solos e à prevenção de desabamentos em caso de chuvas intensas, na medida em que garantem maior capacidade de absorção da água por parte do terreno e maior retenção dos detritos transportados pelos rios.</p> <p>A escassez de recursos da população e das instituições da zona não permite implementar sistemas e planos de preparação e mitigação de desastres eficazes, previstos pelo regime legal nacional e que se consideram essenciais numa região em que, nos últimos anos, os fenómenos climáticos extremos (especialmente o furacões e as chuvas intensas) se intensificaram rapidamente.</p> <p>Os quatro municípios foram afectados por várias catástrofes provocados por eventos naturais: terremotos (2001), inundações (1982,1984,1985, 1998, 2005) e desabamentos (2005). Além destas emergências de grande escala registadas a nível nacional, a área tem sido afectada frequentemente por eventos locais (especialmente inundações e desabamentos) que têm afectado gravemente as condições económicas e de vida das populações locais, aumentando ulteriormente a</p>			

	vulnerabilidade da zona. As previsões sobre as alterações climáticas, devidas ao aumento da temperatura global, que mais afectarão a zona, apontam a um aumento dos fenómenos climáticos extremos em El Salvador ⁸
objectivos gerais	OG1: Contribuir para uma melhor preparação a nível comunitário e uma redução do impacto das inundações e desabamentos entre as famílias mais vulneráveis da área do Sul Ahuchapan, El Salvador.
objectivos específicos	OE1: Estabelecer um sistema micro regional de informação, coordenação e resposta rápida em caso de inundações e desabamentos na micro região do Sul-Ahuachapán, El Salvador.
resultados esperados no fim do projecto	R1: A capacidade institucional no âmbito da gestão do risco das 4 municipalidades da Micro Região do Sul Ahuachapán envolvidas tem sido fortalecida R2: A capacidade de preparação de desastres das comunidades tem sido fortalecida na Micro Região do Sul Ahuachapán R3: Foi instalado um Centro Micro Regional de Informação, Monitorização e Alerta para zonas de alto risco de inundações e desabamentos no Sul Ahuachapán R4: Os resultados do projecto são discutidos e disseminados a nível nacional e centro americano.

5E01 - Apoio à população afectada pelo furacão Felix em Tasba Pri, Região Autónoma do Norte Atlântico, Nicarágua

Local de intervenção	Nicarágua. Tasba Pri, Região Autónoma do Norte Atlântico.			
Datas	Início	01 Nov. 2007	Conclusão	30 Abr. 2008
Beneficiários	2,843 famílias.			
Área do continuum	Acção humanitária - reabilitação			
Sectores de intervenção	Segurança Alimentar; Abrigo; Preparação e Prevenção de Catástrofes.			
Financiadores	CE/DG-ECHO (ECHO/NIC/BUD/2007/02008)			
Orçamento Previsto	290.000,00 €			
Contexto	Tasba Pri (Terra livre em “Miskito”) é um território de 65 Km de comprimento, integrado no município de Puerto Cabezas, sendo Sasha a maior comunidade, com 1811 habitantes. A maioria das 56 comunidades estão situadas na floresta e com poucas vias de acesso. Tasba Pri situa-se na região mais pobre da Nicarágua. Cerca de 90% da população é vulnerável. Muitas comunidades, mesmo antes da ocorrência do Furacão Félix, já enfrentavam sérios problemas de saúde, falta de acesso a água potável, falta de acesso a serviços de saúde e um elevado nível de insegurança alimentar.			

⁸ Panel Intergubernamental sobre el Cambio Climático (IPCC), *Cambio Climático Golpea Fuerte a América Latina y el Caribe*, www.unep.org, Pag. 2 e 5.

	<p>O Furacão Félix provocou sérios danos nos cultivos de arroz, mandioca, bananas, milho e feijão. Em consequência, a falta de alimentos far-se-á sentir num período não inferior a 5/6 meses.</p> <p>Os sistemas de abastecimento de água, maioritariamente poços, fora destruídos ou contaminados, implicando um grave risco para a saúde pública. A habitação é também um problema agudo, uma vez que muitas estruturas foram afectadas deixando inúmeras famílias sem abrigo. Um problema semelhante afecta as infra-estruturas sociais, em especial as Unidades de Saúde.</p>
objectivos gerais	OG1: Distribuição de ajuda humanitária às populações afectadas pelo furacão Felix.
objectivos específicos	OE1: Restabelecer as condições de vidas das comunidades afectadas nos territórios de Tasba Pri.
resultados esperados no fim do projecto	<p>R.1: Segurança alimentar restabelecida em todas as comunidades de intervenção;</p> <p>R2: Estruturas de abrigo e de saúde reabilitadas;</p> <p>R.3: Informação de preparação de desastres divulgada e trabalhos piloto de mitigação desenvolvidos com as comunidades;</p>

6B03 - Projecto de Água e Saneamento para Banda Aceh e Aceh Besar

local de intervenção	Indonésia. Cidade de Banda Aceh, Província de Nanggroe Aceh Darussalam, ilha de Sumatra.			
datas	início	Maio 2006	conclusão	Março 2007
beneficiários	3.385 pessoas correspondendo a 1.128 famílias			
área do continuum	acção humanitária - emergência			
sectores de intervenção	Água e saneamento			
parceiros	Departamento de saúde			
financiadores	UNICEF			
orçamento	Executado	147.718,23€		
contexto	<p>O projecto enquadra-se no âmbito da resposta humanitária a catástrofe natural que devastou o Sudoeste Asiático no dia 26 de Dezembro de 2004. A região de Banda Aceh, onde se localiza a acção, foi a mais afectada. Para além das centenas de milhares de mortos, o maremoto teve como consequência a deslocação de inúmeras comunidades costeiras para áreas menos afectadas.</p> <p>O governo indonésio promoveu a criação de campos de transição para o acolhimento de deslocados internos, prevendo o seu funcionamento por um período não superior a 2 anos.</p> <p>O projecto prevê o abastecimento de água potável, bem como a melhoria das condições de saneamento básico e meio ambiente, em 7 campos de deslocados.</p>			

objectivos gerais	OG1. Promover a saúde pública e melhorar as condições dos campos de refugiados.
objectivos específicos	OE1. Garantir que os refugiados internos que vivem nos 7 campos de refugiados tenham acesso a água potável e infra-estruturas sanitárias apropriadas, bem como melhorar os seus hábitos de higiene.
resultados esperados no fim do projecto	R1 » 3385 Deslocados dispõem de condições sanitárias adequadas dentro de 2 meses. R2 » 3385 Deslocados dispõem de pelo menos 25 litros de água por pessoa/dia. R3 » 3385 Deslocados aplicam métodos de higiene que lhes permitem assegurar a sua higiene e contribuir para a redução do foco de doenças.

6B04 - Saneamento Básico e Promoção da Higiene em 16 escolas de Aceh, Indonésia.

local de intervenção	Indonésia. Cidade de Banda Aceh, Província de Nanggroe Aceh Darussalam, Ilha de Sumatra.			
datas	início	Abril 2007	conclusão	Janeiro 2008
beneficiários	Beneficiários directos: 5.986 pessoas: 5.512 alunos e 474 professores. Beneficiários indirectos: aproximadamente 17.958 pessoas beneficiarão desta acção por se encontrarem directa ou indirectamente associadas aos alunos e professores das escolas. Os novos hábitos adquiridos serão também propalados nos locais de habitação dos alunos e professores, beneficiando as respectivas populações.			
área do continuum	acção humanitária - reabilitação.			
sectores de intervenção	Água e saneamento			
parceiros	Departamento de saúde			
financiadores	IPAD			
Orçamento Previsto	294.988 €			
contexto	<p>Nas primeiras horas de Domingo, 26 de Dezembro de 2004, um terramoto massivo medindo 9,3 graus na escala de Richter atingiu a costa ocidental da zona Norte da ilha de Samatra. O epicentro localizou-se a 30 quilómetros abaixo do fundo do mar e 250 quilómetros a su-sudoeste de Banda Aceh. O primeiro tremor foi seguido por réplicas medindo entre 6 e 7,3, estas suficientemente fortes para por si só destruírem milhares de vidas e sustentos.</p> <p>Estes maremotos inundaram áreas costeiras e varreram habitações e edifícios (incluindo inúmeras escolas), estradas e pontes, abastecimentos de água e electricidade, plantações, sistemas de irrigação, infra-estruturas piscatórias, redes de abastecimento de bens e combustível. Nas zonas afectadas a vida económica foi interrompida; negócios entraram em colapso. Milhões de pessoas viram as suas famílias e comunidades destruídas. O trauma causado por esta catástrofe não pode</p>			

	<p>ser subestimado.</p> <p>Devido ao contexto político que se verificou em Aceh nos últimos 30 anos, motivado pelo conflito separatista liderado pelo movimento de libertação de Aceh (GAM - Gerakan Aceh Merdeka), a política de desenvolvimento de infra-estruturas de educação do Governo Indonésio para esta Província não tem sido clara.</p> <p>Grande parte das infra-estruturas escolares ao longo da Província, principalmente nas áreas mais remotas, encontra-se envelhecida, danificada ou é inexistente. O acesso a condições mínimas de água e saneamento, fundamental quando se fala de crianças em idade escolar, cujo rendimento depende em muito do seu estado de saúde, é ainda escasso e por vezes um luxo.</p>
objectivos gerais	<p>OG1: Melhorar os níveis de saúde pública da população afectada pelo terramoto e maremoto de 2004, em Banda Aceh e Aceh Besar.</p> <p>OG2: Melhorar a capacidade dos professores, administradores e pais para a promoção de práticas de higiene efectivas entre a população estudantil.</p>
objectivos específicos	<p>OE1. Melhorar as condições de água e saneamento da população escolar afectada pelo terramoto e maremoto de 2004.</p>
resultados esperados no fim do projecto	<p>R1: Os alunos das escolas beneficiárias dispõem de acesso adequado a abastecimento de água;</p> <p>R2: Os alunos das escolas beneficiárias dispõem de estruturas de saneamento adequadas;</p> <p>R3: Os alunos das escolas beneficiárias melhoram os seus hábitos de higiene e as suas práticas de utilização das infra-estruturas sanitárias.</p>

4.3 Projectos de Promoção da “Vida Sustentável”

“...a pobreza pode ser definida como uma condição humana, caracterizada por uma persistente e crónica privação dos recursos, capacidades, escolhas, segurança e poder necessários para desfrutar de um adequado padrão de vida e de outros direitos civis, culturais, económicos, políticos e sociais.”⁹

Desde a sua fundação, a Oikos entende a pobreza como uma realidade complexa. Trata-se de um fenómeno multidimensional que necessita de ser abordado de forma integrada e holística.

A pobreza deve ser entendida como um síndrome situacional que envolve um consumo insuficiente, má nutrição, habitação precária, baixos níveis de educação, falta de acesso a água potável e condições sanitárias abaixo dos padrões mínimos, instabilidade ou falta de inserção nas estruturas produtivas, incapacidade de participação e ausência de mecanismos de integração social e, por vezes, exclusão derivada da intolerância da sociedade perante a adesão a um conjunto de valores que são diferentes da maioria.

Se a pobreza é definida como falta de qualidade de vida ou carência de recursos que garantam uma qualidade de vida adequada, *“temos de considerar dimensões como a disponibilidade de tempo livre, segurança pessoal, protecção contra a violência pública ou familiar, protecção face às catástrofes naturais e equidade de género.”¹⁰*

Ou seja, implicando *“outras dimensões imateriais e a existência de capacidades pessoais para evitar a exclusão, tais como a capacidade de pensamento analítico, a habilidade para processar informação e as competências de comunicação e de gestão, que possibilitam a plena participação num mundo globalizado, em especial a adaptação às novas modalidades de trabalho e produção.”¹¹*

Assim, a pobreza é, simultaneamente, causa e efeito da vulnerabilidade. Assistir as comunidades locais na gestão e redução dos factores de risco social, ambiental e económico é condição indispensável para a promoção de uma vida sustentável e digna.

Os factores de vulnerabilidade mais frequentes nas comunidades em que trabalhamos podem tipificar-se em três grupos principais:

- **físicos e ambientais** - recursos naturais degradados, falta de direitos no acesso a recursos como água e terra, eventos climáticos como secas, furacões e inundações;
- **económicos e de mercado** - carência de fontes de rendimento e degradação dos activos, injustiça no comércio e falta de um quadro regulatório que proteja as populações mais pobres, falta de infra-estruturas, vias de comunicação e meios de transporte;
- **saúde, políticos e sociais** - falta de acesso a água potável e saneamento básico; incidência de doenças como a malária, tuberculose, VIH/Sida, má nutrição; reduzidas habilidades profissionais, falta de acesso a educação; discriminação e desigualdade por motivos de género, étnicos, religiosos, políticos, de debilidades ou de deficiências.

⁹ Committee on Economic, Social and Cultural Rights (2001). *“Substantive issues arising in the implementation of the International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights: Poverty and the International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights”*, Document E/C.12/2001/10. Disponível em www.unhchr.ch.

¹⁰ Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC) - 2003. *Documento sobre la pobreza para la III Conferencia Regional de Seguimiento de la Cumbre de Desarrollo Social*.

¹¹ Social Watch Report, 2006.

A intervenção da Oikos tem como objectivo auxiliar as comunidades locais na gestão e redução destes factores de risco, em quatro momentos essenciais a um processo de desenvolvimento sustentável:

- **disponibilidade** - criar os procedimentos necessários para que os beneficiários obtenham nas suas comunidades os bens e os recursos, em quantidade suficiente, para satisfazerem as suas necessidades básicas de forma permanente e sustentável;
- **acessibilidade** - facultar os procedimentos necessários para que os beneficiários obtenham, com equidade, os bens e os recursos disponíveis nas suas comunidades;
- **utilização** - promover os procedimentos necessários para que os beneficiários utilizem, de forma segura, efectiva e eficiente os bens e os recursos disponíveis nas suas comunidades;
- **empowerment** - implementar procedimentos de qualificação e organização que permitam aos beneficiários exercerem a liderança no seu próprio processo de desenvolvimento e o exercício dos seus direitos.

Através de uma abordagem baseada nos direitos económicos, ambientais, sociais e culturais (DEASC), promovemos a vida sustentável, ou seja, a equidade social, económica, cultural e de género, como condições vitais para a afirmação dos direitos humanos das pessoas e comunidades que vivem em situação de pobreza e de vulnerabilidade.

Em grande medida, o papel da Oikos nos projectos de vida sustentável e o de facilitar processos de transformação social, em corresponsabilização com os vários actores envolvidos (organizações de base, ONG parceiras, sector público e sector privado), que possibilitem empoderar (*empowerment*) indivíduos e organizações locais, permitindo-lhes exercer a liderança no seu próprio processo de desenvolvimento.

Seguidamente, apresentamos os principais projectos de “vida sustentável” em curso no ano de 2007.

3A36 - Jango - Formação para transformação em Angola.

local de intervenção	Angola, âmbito nacional (Benguela, Bie, Kwanza-Sul, Huambo, Huila, Luanda, Malange, Moxico e Namibe).			
datas	início	Abril 2001	conclusão	Setembro 2008
beneficiários	692 formadores de 25 organizações, 10 000 pessoas.			
área do continuum	Vida sustentável - meios de vida sustentáveis			
sectores de intervenção	fortalecimento dos actores sociais.			
parceiros	Caritas de Angola, IECA, ICCO.			
financiadores	CE/DEV, IPAD, ICCO, CAFOD e oikos.			
Orçamento previsto	2.373.207,00 €			
contexto	A ideia do projecto “Jango - Formação para a Transformação em Angola” é concebida num contexto de guerra civil em Angola. Ao longo de 40 anos de conflito armado, as organizações humanitárias			

	<p>desempenharam um papel assistencialista que procurou responder ao desafio de satisfazer as necessidades imediatas e básicas das populações. O reinício das actividades bélicas em Novembro de 1998 significou um adiamento da paz e do regresso à normalidade.</p> <p>É neste quadro que, em finais de 1999, a Oikos propõe a criação de um projecto de formação para a transformação, de âmbito nacional, endereçando um convite à IECA, à Caritas, à ICCO e à CAFOD, para a constituição de um consórcio angolano e europeu.</p> <p>A situação de guerra que se viveu até 2002 foi a causa mais evidente da degradação da economia e da pobreza generalizada, potenciando um aumento da violência, da corrupção, da degradação moral e da marginalização de uma cada vez maior franja da sociedade angolana.</p> <p>Um programa de formação em exercício e de criação de uma rede de formadores, como o previsto neste projecto, só faz sentido se for articulado entre ONG, Igrejas e Instituições oficiais que têm projectos e trabalho de terreno com as comunidades.</p> <p>De âmbito nacional, o projecto pretende contribuir para que ONG, Igrejas e entidades oficiais que trabalham em Angola promovam uma maior participação das pessoas no seu próprio desenvolvimento, potenciando um desenvolvimento comunitário de qualidade e sustentável, baseado na participação das pessoas e dos grupos na decisão, na realização e avaliação dos projectos de que são beneficiários e na valorização dos saberes e dos recursos locais em harmonia com o meio ambiente.</p>
objectivos gerais	OG1. Contribuir para que ONG, Igrejas e Entidades a trabalhar em Angola promovam uma maior participação das pessoas no seu próprio desenvolvimento e no desenvolvimento das suas comunidades.
objectivos específicos	OE1. Criação de um sistema sustentável e eficiente para a formação de formadores de Agentes de Desenvolvimento Comunitário (ADC's) e em técnicas de gestão e planificação participativa do desenvolvimento em Angola.
resultados esperados no fim do projecto	<p>R1: Criado um sistema sustentável e eficiente para a formação de formadores de Agentes de Desenvolvimento Comunitário (ADC's) e em técnicas de gestão e planificação participativa do desenvolvimento em Angola.</p> <p>R2: A Rede social de formação estabelecida pelo projecto oferece serviços de formação, assessoria e consultoria na área social e humanitária, a nível nacional.</p> <p>R3: Capacidades técnicas dos formadores e das instituições membros da Rede reforçadas.</p>

3A87 - Melhoria da Segurança Alimentar das populações no Município de Quilengues

local de intervenção	Angola. Município de Quilengues, localizado a Norte da província da Huila, na região sul da República de Angola.			
datas	início	Janeiro 2005	conclusão	Dezembro 2007
beneficiários	45.500 pessoas correspondendo a 7.000 famílias			
área do continuum	Vida sustentável - meios de vida sustentáveis			
sectores de intervenção	meios de vida sustentáveis/livelihoods fortalecimento dos actores sociais			
parceiros	ACM - YMCA; IDA; Direcção Provincial de Veterinária			
financiadores	CE/DEV			
Orçamento previsto	1.488.166,70 €			
contexto	<p>A produção agrícola decaiu consideravelmente nos últimos 25 anos e a província de Huila tem dependido da importação de alimentos e da ajuda alimentar encaminhada pelo PAM - Programa Alimentar Mundial. No sector tradicional, calcula-se que o número de famílias camponesas da província seja cerca de 134.000, cultivando uma área total de 300.000 ha. A produção total, neste sector, a nível da subsistência e aproximadamente de 100.000 toneladas de cereais (milho, massambala, massango). Calcula-se que a necessidade mínima de cereais (ou seus substitutos) para a província seja de cerca de 200.000 toneladas, indicando uma grave carência na produção agrícola, que é feita na sua totalidade em regime de sequeiro.</p> <p>O sector privado (sistema empresarial) na agricultura é constituído, em parte, por novos fazendeiros surgidos após a liberalização da iniciativa privada e muito particularmente após 1992 (publicação da Lei de Terras). Na sua grande maioria, os "novos" empresários agrícolas demarcaram as fazendas, mas são os chamados agricultores de "fim-de-semana" que residem na cidade e que cultivam, no máximo, uma pequena horta. O anteprojecto de Lei de Terras vem penalizar os produtores locais, prevendo-se, desde já, um agudizar da actual situação difícil que o sistema tradicional enfrenta, existindo conflitos de vizinhança entre agro-pastores tradicionais e empresários agrícolas. A Sociedade Civil, ainda débil, tem vindo a mobilizar os produtores e criadores, no sentido de se organizarem e tomarem conhecimento das implicações do quadro legal em debate. O Projecto irá criar uma base local de advocacia e gestão dos inúmeros problemas que as comunidades rurais enfrentam.</p>			
objectivos gerais	<p>OG1. Melhoria sustentável na segurança dos meios de vida das famílias do Município de Quilengues;</p> <p>OG2: Aumento sustentável do capital humano e social das comunidades do município de Quilengues.</p>			
objectivos específicos	<p>OE1. Aumento da segurança alimentar de 7.000 famílias camponesas do município de Quilengues, através da melhoria sustentável do sistema produtivo agro-pecuário, do apoio/reforço das organizações de camponeses, de uma capacidade acrescida no acesso aos mercados e da</p>			

	capacitação dos serviços municipais que tutelam o desenvolvimento rural.
resultados esperados no fim do projecto	R1 » Melhoria sustentável do sistema produtivo agro-pecuário. R2 » Organizações de camponeses constituídas/reforçadas e capacitadas. R3 » Capacidade acrescida, por parte dos camponeses, no acesso aos mercados. R4 » Serviços municipais de tutela do desenvolvimento rural capacitados.

3B11 - Segurança Alimentar em Bilene-Macia, na Província de Gaza.

local de intervenção	Moçambique Macia, Distrito de Bilene, Província de Gaza.			
datas	início	Maio 2004	conclusão	Abril 2008
beneficiários	9.000 pessoas correspondendo a 2.000 famílias			
área do continuum	sustentável - meios de vida sustentáveis			
sectores de intervenção	meios de vida sustentáveis/livelihoods			
parceiros	MLAL; UNAC; DDAR's			
financiadores	CE/DEV, IPAD, Oikos			
Orçamento previsto	1.307.365,59 €			
contexto	<p>A população moçambicana é predominantemente rural e, na sua grande maioria, pobre.</p> <p>O projecto abrange o distrito de Bilene-Macia, localizado a Sul da Província de Gaza.</p> <p>Com uma superfície de 3.200 Km², 4,2 % do total da Província, é uma população de 133.173 habitantes (12,5 % do total de habitantes da Província de Gaza), o distrito de Bilene-Macia possui uma densidade populacional aproximada de 42 habitantes por km².</p> <p>O potencial agrário do distrito é estimado em 267.808 ha, dos quais 175.557 com potencialidades para a agricultura, 42.251 para a pecuária e 50.000 para florestas.</p> <p>Apenas 27.830 ha se encontram cultivados pelo sector familiar.</p>			
objectivos gerais	OG1. Melhoria da segurança alimentar da população rural dos distritos de Bilene -Macia, na Província de Gaza.			
objectivos específicos	OE1. Produtores organizados garantem a auto-suficiência alimentar e aumentam as fontes de rendimento.			
resultados esperados no fim do projecto	R1 » Produção aumentada e diversificada. R2 » Melhorada a organização comunitária, através da institucionalização de associações de produtores e comerciantes. R3 » Melhorado o acesso aos mercados. R4 » Reforçados os serviços estatais descentralizados (DDADR), que tutelam o desenvolvimento rural, e do parceiro local (UNAC).			

3B13 - Sekeleka Motaze

local de intervenção	Moçambique. Distrito de Magude, Província de Maputo.			
datas	início	Abril 2004	conclusão	Junho 2007
beneficiários	10.000 pessoas correspondendo a 2.500 famílias			
área do continuum	vida sustentável - meios de vida sustentáveis			
sectores de intervenção	meios de vida sustentáveis/ <i>livelihoods</i> fortalecimento dos actores sociais			
parceiros	Departamento Provincial de Agricultura			
financiadores	CAFOD			
Orçamento previsto	394.284,88 €			
contexto	<p>O Distrito de Magude enfrenta graves problemas, tais como: insegurança alimentar, fluxo migratório de homens que se deslocam para a África do Sul com o objectivo de trabalhar nas minas ou nas fazendas, baixos rendimentos familiares, falta de água potável, mais de 50% das crianças em idade escolar não frequentam a escola, problemas de saneamento que originam elevados índices de doenças como a diarreia, malária e ainda uma elevada taxa de subnutrição.</p> <p>Esta situação é agravada pela existência de um nível elevado de prevalência do HIV/SIDA, estimada em cerca de 22% da população residente.</p>			
objectivos gerais	OG1. Reduzir a pobreza e a vulnerabilidade em Motaze.			
objectivos específicos	<p>OE1. Reduzir a vulnerabilidade de 2.500 famílias em Motaze.</p> <p>OE2. Aumentar a capacidade produtiva das 2.500 famílias em Motaze e a sua renda familiar.</p> <p>OE3. Reduzir a vulnerabilidade das 2.500 famílias ao HIV/SIDA e mitigar o impacto do mesmo.</p>			
resultados esperados no fim do projecto	<p>R1: Reduzida a vulnerabilidade das famílias à seca.</p> <p>R2: Aumentada a capacidade produtiva das famílias e a renda familiar.</p> <p>R3: Reduzida a vulnerabilidade das famílias ao HIV/SIDA, através da sensibilização das comunidades sobre formas de prevenir o HIV/SIDA.</p>			

3B14 - Projecto de Segurança Alimentar no Distrito de Mandimba

local de intervenção	Moçambique. Distrito de Mandimba, Província do Niassa.			
datas	início	Outubro 2005	conclusão	Setembro 2009
beneficiários	20.000 pessoas correspondendo a 4.700 famílias			
área do continuum	vida sustentável - meios de vida sustentáveis			
sectores de intervenção	meios de vida sustentáveis/ <i>livelihoods</i> fortalecimento dos actores sociais			

parceiros	AMODER
financiadores	CE/DG-DEV
Orçamento previsto	651.415,28 €
contexto	Este projecto de segurança alimentar dá continuidade ao trabalho realizado no mesmo distrito, pela Oikos, desde 2002, nos dois Postos Administrativos de Mandimba e Mitande e nas 4 Localidades de Mississi, Lissiete, Luelele e Meluluca.
objectivos gerais	OG1. Redução da pobreza e melhoria da situação económica da população rural do distrito de Mandimba.
objectivos específicos	OE1. Melhoria sustentável do sistema de produção de 4.700 famílias camponesas organizadas, do distrito de Mandimba, garantindo a segurança alimentar, o aumento da produtividade e a diversificação das fontes de rendimento.
resultados esperados no fim do projecto	R1: Produção aumentada e diversificada. R2: Produtores organizados em associações. R3: Produtores com acesso e ligação ao mercado. R4: Técnicos e beneficiários formados e capacitados.

3B16 -Dinamização Pesca Artesanal na Região da Ilha de Moçambique

local de intervenção	Moçambique. Região da Ilha de Moçambique, Província de Nampula.			
datas	início	Jan. 2007	conclusão	Dez. 2008
beneficiários	1180 pescadores, sendo : <ul style="list-style-type: none"> - 33 proprietários de embarcações pesqueiras, - 180 pescadores de canoas e casquinhas, - 317 pescadores da pesca motorizada / pesca à rede, - 500 pescadores de barco à vela dentro das baías, - 150 mulheres que praticam a secagem e fazem comercialização de peixe seco e fresco. 			
área do continuum	vida sustentável - meios de vida sustentáveis			
sectores de intervenção	meios de vida sustentáveis/ <i>livelihoods</i> (Pesca artesanal)			
parceiros	ASSOPIMO - Associação de Pescadores da Ilha de Moçambique; A.A.I.M - Associação dos Amigos da Ilha de Moçambique; DDAP - Direcção Distrital de Agricultura e Pescas, por parte das autoridades locais.			
financiadores	IPAD			
Orçamento previsto	Total: 146.004,00 € IPAD 107.572 € Oikos 10.932 € Outros 27.500 €			
contexto	Geograficamente, a Micro-região de Mossuril e Ilha de Moçambique compreende uma superfície territorial de 3886 km ² , sendo que destes 3441 km ² pertencem ao distrito de Mossuril e 445 km ² ao Município da Ilha de Moçambique. Fica situada na costa oriental da Província de			

	<p>Nampula.</p> <p>A nível da rede de acesso rodoviário encontramos estradas classificadas em regionais e terciárias. Além destas existem as vias que dão acesso às comunidades rurais as quais não estão classificadas embora sejam de importância vital para a economia local possibilitando a circulação de mercadorias e passageiros.</p> <p>A pesca na região da Ilha é a actividade dominante da população activa sobretudo devido a de vários constrangimentos a que tem sido sujeita, tais como, a guerra e as políticas económicas. O uso de técnicas tradicionais leva a que os rendimentos sejam baixos e com isto um consequente aumento da pobreza. Contudo, uma intervenção bem dirigida pode melhorar a situação e criar as condições necessárias para o desenvolvimento.</p> <p>O Governo acentua que se deve dar maior atenção à pesca artesanal como uma forma de reduzir a pobreza absoluta.</p> <p>Do levantamento efectuado, foram seleccionados os pescadores artesanais que se dedicam quase exclusivamente a esta actividade, porque existem também na zona de Mossuril muitos agricultores de subsistência que se dedicam também a pesca artesanal como uma forma de completar o rendimento e fazer face as suas necessidades básicas.</p> <p>Como na região já existem muitas mulheres que se dedicam à secagem e comercialização do peixe fresco e seco é intenção do projecto melhorar a capacidade de autogestão destas mulheres facilitando por meio de treinamento uma melhoria de qualidade nos processos de conservação e secagem/salga do pescado bem como nas técnicas de comercialização.</p> <p>A escolha deste grupo de mulheres visa motivar um maior número de mulheres a interessar-se por esta actividade e fazer assim um maior equilíbrio de género com rendimentos maiores do que aqueles que proporcional a agricultura familiar.</p>
objectivos gerais	OG1. Aumentar a qualidade de vida da população beneficiária, contribuindo para a redução da pobreza e desenvolvimento sócio-económico.
objectivos específicos	OE1. Aumentar a produção pesqueira artesanal através da melhoria dos processos de conservação e gestão dos recursos e das técnicas de processamento e dinamizar a rede de comercialização a fim de assegurar maiores rendimentos aos pescadores.
resultados esperados no fim do projecto	<p>R1: Aumento do volume e qualidade de pesca (aumento da produção anual de 125t ano para 200t ano)</p> <p>R2: Aumento da comercialização da produção de pescado com qualidade (de 100 t ano para 150t ano)</p> <p>R3: Maior organização e controle e autogestão das associações de pescadores referindo-se ao ciclo produtivo do sector (pesca - processamento - conservação - comercialização).</p>

4B03 - Triar - Educação comunitária participativa para o exercício dos direitos relacionados com a saúde em municípios pobres dos departamentos de Oruro, Sucre e Potosí – Bolívia.

local de intervenção	Bolívia. Departamentos de Oruro, Sucre e Potosi.			
datas	início	Marco 2003	conclusão	Abril 2007
beneficiários	22.745 pessoas correspondendo a 4.739 famílias			
área do continuum	vida sustentável - fortalecimento dos actores sociais			
sectores de intervenção	fortalecimento dos actores sociais			
Parceiros locais	CPC - Centro de Programas de Comunicación			
financiadores	CE/DG-DEV, Oikos			
Orçamento previsto	previsto	1.059.589,00€	executado	913.880,53 €
contexto	<p>As condições de pobreza predominantes na Bolívia estão relacionadas com a débil participação da população na procura dos seus direitos, nomeadamente os direitos de saúde. Para além de uma atitude conformista e da impotência da população no exercício dos referidos direitos, o sistema de saúde não tem os meios necessários para o seu bom funcionamento, dando origem a uma desmotivação dos recursos humanos.</p> <p>As alterações que o projecto provocou contribuíram para a socialização dos processos de participação dos cidadãos e do controlo social no âmbito local, permitindo que a participação activa da população se vá transformando numa norma social. Uma participação activa da população no exercício dos seus direitos de saúde contribuirá para a melhoria dos indicadores de saúde na área. A pressão que a população exerce sobre os serviços de saúde contribuirá para melhorar a qualidade dos mesmos.</p> <p>Foi particularmente apreciada a atitude horizontal das equipas de campo, o seu domínio das línguas nativas e a sua transmissão de certos princípios dialógicos e modelos para fortalecer a organização e autogestão comunitária. O principal alcance do Projecto foi o Módulo educativo, com a sua ênfase acertada em dinâmicas de grupo com estudantes do ensino secundário para trabalhar temas de identidade, território, cidadania e direitos. A capacitação a radialistas foi também um factor de dinamização comunitária bem sucedido.</p>			
objectivos gerais	<p>OG1. Contribuir para o esforço de redução da pobreza.</p> <p>OG2. Promover a mobilização comunitária para o exercício efectivo dos direitos dos cidadãos.</p> <p>OG3. Melhorar a qualidade dos serviços de saúde e os indicadores de saúde.</p> <p>OG4. Melhorar a envolvente física e social.</p>			
objectivos específicos	<p>OE1. Mobilização e consciencialização das comunidades para o exercício dos seus direitos de saúde, através da aquisição de conhecimentos específicos e promoção de compromissos políticos locais.</p>			
resultados esperados no fim do projecto	<p>R1: Os participantes (adultos, adolescentes e crianças) do evento Carpa Lila adquiriram conhecimentos e estão predispostos a exercer os seus direitos de saúde.</p> <p>R2: Abriu-se um espaço de participação no tema da saúde.</p>			

4D04 - Negócios agrícolas sustentáveis para a redução da pobreza no departamento de Apurímac - Peru

local de intervenção	Peru. local de intervenção Vale de Pachachaca e distrito de Huanipaca, no departamento de Apurímac.			
datas	início	Abril 2003	conclusão	Setembro 2007
beneficiários	beneficiários 6.710 pessoas correspondendo a 1.491 famílias			
área do continuum	vida sustentável - meios de vida sustentáveis			
sectores de intervenção	meios de vida sustentáveis/livelihoods fortalecimento dos actores sociais			
parceiros	ITDG, CEDES			
financiadores	CE/DG-DEV; IPAD; Oikos; ITDG.			
Orçamento	previsto	1.491.470,00 €	executado	1 317 246 €
contexto	<p>A pobreza é o principal problema social do Peru. A pobreza está concentrada nas áreas rurais, em particular na zona da “sierra rural”. Nesta zona, dois terços das unidades familiares são pobres, sendo que 30% do total são extremamente pobres.</p> <p>O problema central a cuja resolução se orientou o projecto, corresponde aos baixos níveis de rendimento que impedem que as famílias camponesas de Apurímac acedam a uma cesta básica de bens e serviços essenciais para alcançar uma vida digna.</p> <p>Os reduzidos níveis de produção e produtividade agrária, a falta de condições e oportunidades para entrar nos mercados nacionais e internacionais e os baixos níveis de procura de mão-de-obra não qualificada para trabalhos agrícolas têm sido as principais barreiras a superar.</p>			
objectivos gerais	OG1. Contribuir para a redução da pobreza no departamento de Apurímac - Peru.			
objectivos específicos	OE1. Contribuir para a geração sustentável de maiores rendimentos agrícolas e salariais para mulheres e homens pobres nas comunidades rurais do departamento de Apurímac - Peru.			
resultados esperados no fim do projecto	<p>R1: Mulheres e homens camponeses desenvolveram as suas capacidades tecnológicas para manipular de forma integrada, mais eficaz, eficiente e sustentável a actividade agrícola.</p> <p>R2: Mulheres e homens camponeses melhoraram o acesso a uma nova estrutura de rega.</p> <p>R3: Mulheres e homens camponeses conseguiram um maior acesso a novas ofertas de serviços agrícolas privados de mão-de-obra, assistência técnica, trabalhos pós-colheita e comercialização de leguminosas e outros produtos com potencial de mercado.</p> <p>R4: Prestação de serviços de camponês a camponês, em termos de espécies de sementes melhoradas e desenvolvimento de assistência técnica apropriada.</p> <p>R5: Grupos de camponeses melhoraram a confiança e a habilidade para trabalhar como organizações locais, trabalhar em equipa e expandir a acessibilidade a instituições externas.</p> <p>R6: Decisores políticos e agentes de instituições públicas e privadas foram informados e sensibilizados para as experiências adquiridas e resultados do projecto.</p>			

4D08 - Programa Binacional para a conservação e gestão participativa dos bosques tropicais do vale do rio Chinchipe

local de intervenção	Equador e Peru. Distritos de San Ignacio e Jáen no Peru e Cantão de Palanda e Chinchipe no Equador.			
datas	início	Junho 2005	conclusão	Abril 2009
beneficiários	7.360 pessoas correspondendo a 1.600 famílias			
área do continuum	vida sustentável - meios de vida sustentáveis			
sectores de intervenção	meios de vida sustentáveis/ <i>livelihoods</i>			
parceiros	ITDG (cabeça de consórcio), FACES e CARITAS			
financiadores	CE/DG-DEV, Oikos			
orçamento	previsto	(responsabilidade ITDG: 1.954.251,00 €) responsabilidade Oikos: 134.103,05 €		
contexto	<p>As crises políticas que ambos os países têm vivido nos últimos tempos têm exacerbado a pobreza de grandes sectores rurais, contribuindo para um aumento do processo de emigração da população camponesa da zona andina que, por falta de outras oportunidades económicas, tem ocupado e desflorestado as zonas marginais da floresta com o objectivo de extrair madeira e instalar culturas temporárias.</p> <p>Frequentemente, estas áreas correspondem a reservas indígenas, pelo que a sua ocupação tem gerado confrontos violentos. A exploração florestal encontra-se a cargo de inúmeros pequenos madeireiros que, com a tentativa de manter o sustento familiar, desenvolvem uma actividade ilegal e depredatória, arriscando a sustentabilidade da sua actividade económica.</p> <p>As instituições locais contam com uma preparação e recursos insuficientes para fazer frente a estes problemas. Todas estas restrições têm gerado uma espiral que desmotiva os habitantes que dependem da gestão adequada e da conservação da floresta, motivo pelo qual os países andinos perdem centenas de milhares de hectares de floresta tropical a cada ano, assistindo assim a uma diminuição do seu capital natural.</p>			
objectivos gerais	OG1. Promover a conservação das florestas tropicais da bacia binacional do Chinchipe (Peru e Equador).			
objectivos específicos	OE1. Desenvolver um modelo de gestão sustentável de florestas na bacia binacional do Chinchipe, com plena participação da população local.			
resultados esperados no fim do	<p>R1: Instituições locais e regionais melhoram o conhecimento do potencial florestal da bacia a que pertencem.</p> <p>R2: Camponeses e produtores florestais da bacia aumentam as suas</p>			

projecto	<p>capacidades para gerir de forma sustentável os recursos florestais.</p> <p>R3: Governos locais e sociedade civil da bacia binacional estabelecem mecanismos participativos e espaços de concertação para fortalecer o manuseamento e conservação dos recursos florestais.</p> <p>R4: Produz-se e difunde-se informação relevante à boa gestão das florestas tropicais nos países andinos amazónicos.</p>
-----------------	---

8B01 - Redução da vulnerabilidade das famílias pobres no Golfo de Fonseca (Nicarágua, Honduras, El Salvador)

local de intervenção	Golfo de Fonseca, constituído pelas Repúblicas de Nicarágua (Dept. Chinandega, Municipalidad el Realejo), Honduras (Dept. Valle, alcaldias de Alianza e Nacaomi) e El Salvador (Dept. La Union, Caserio El Retiro).			
datas	início	Janeiro 2005	conclusão	Dezembro 2007
beneficiários	15.435 pessoas correspondendo a 3.150 famílias			
área do continuum	vida sustentável - meios de vida sustentáveis			
sectores de intervenção	meios de vida sustentáveis/livelihoods fortalecimento dos actores sociais			
parceiros	CODDEFFAGOLF, FUNSALPRODESE; UCA-Universidade Centro-Americana			
financiadores	CE/DG-DEV, IPAD, Oikos e parceiros locais			
Orçamento	previsto	978.713,29 €	executado	909.795,10 €
contexto	<p>O Golfo de Fonseca é compartilhado por 3 estados centro-americanos: Nicarágua, Honduras e El Salvador.</p> <p>Esta região é uma zona de elevado grau de pobreza, onde eventos climáticos extremos deixaram as infra-estruturas produtivas, sociais e educativas em acelerado estado de degradação.</p> <p>Estão identificados três tipos de problemas comuns:</p> <ul style="list-style-type: none"> - problemas de produção; - problemas de comercialização; - problemas ambientais. <p>As causas destes problemas são o escasso conhecimento da dinâmica ecológica do mangal e o baixo nível de consciencialização e sensibilização sobre o meio ambiente.</p> <p>Estes aspectos estão relacionados e causam problemas sociais e políticos que têm sido, alias, o centro de importantes debates sobre o assunto nos últimos anos.</p>			
objectivos gerais	OG1. Contribuição para o desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida, através da luta contra a pobreza.			
objectivos específicos	OE1. Redução da Vulnerabilidade das famílias pobres no Golfo de Fonseca.			
resultados esperados no fim do	<p>R1: Sistematizadas estratégias de desenvolvimento do Golfo de Fonseca por parte da sociedade civil e pequenos produtores.</p> <p>R2: Implementadas acções-piloto para a diversificação da produção</p>			

projecto	agrícola. R3: Implementadas acções-piloto para a produção sustentável do ecossistema do mangal.
-----------------	--

5D01 - Projecto Cotzíc: Segurança Alimentar e Nutricional em Ixchiguán

local de intervenção	Guatemala Municipio de Ixchiguán, Departamento de San Marcos.			
datas	início	01 Fev. 2007	conclusão	30 Jan. 2009
beneficiários				
área do continuum	vida sustentável - meios de vida sustentáveis			
sectores de intervenção	Água e saneamento; Agricultura e segurança alimentar Fortalecimento dos actores sociais			
parceiros	CODDEFFAGOLF, FUNSALPRODESE; UCA-Universidade Centro-Americana			
financiadores	CE/DG-DEV, Oikos, Outros doadores			
Orçamento previsto	449.978,9 €			
contexto				
objectivos gerais	<p>OG1. Contribuir para a redução da vulnerabilidade alimentar nas comunidades do município de Ixchiguán, Departamento de San Marcos, Guatemala.</p> <p>OG2. Apoiar os processos de fortalecimento municipal relacionados com a participação social e a descentralização da gestão do desenvolvimento.</p> <p>OG3. Reduzir os índices de doenças relacionadas com o consumo de água, as quais estão identificadas como parte das causas mais significativas de mortalidade e morbilidade infantil.</p>			
objectivos específicos	OE1. Melhorar a gestão sustentável dos recursos hídricos com orientação para a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), no Município de Ixchiguán, Departamento de San Marcos, Guatemala.			
resultados esperados no fim do projecto	<p>R1:Garantida a disponibilidade de água, de forma sustentável, para consumo humano nas 10 comunidades localizadas nas micro-bacias dos rios Suchiate, Naranjo (Cuilco) y Coatán (Municipio de Ixchiguán, San Marcos, Guatemala).</p> <p>R2: Reabilitados os sistemas de irrigação para produção hortícola em três comunidades localizadas nas micro-bacias dos rios Suchiate, Naranjo (Cuilco) y Coatán (Municipio de Ixchiguán, San Marcos, Guatemala).</p> <p>R3: Estabelecida uma política municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), com foco na gestão sustentável de recursos hídricos, integrada no quadro da Lei do Sistema Nacional de SAN.</p> <p>R4: Melhorar o acesso da população do município à informação sobre temas de SAN com ênfase no uso e aproveitamento biológico da água.</p>			

4.4 Cidadania Global e Desenvolvimento

A pobreza e desigualdade constituem motivos suficientes para a mobilização de todos os cidadãos. É no âmbito do exercício da responsabilidade cidadã que devemos colocar o esforço individual e colectivo de transformação de uma ordem social que contribui para manter - e mesmo aprofundar - a pobreza, a exclusão e a desigualdade sociais. Com o filósofo Colombiano, José Bernardo Toro, concebemos o cidadão como «*uma pessoa capaz, em cooperação com outros, de criar e transformar a ordem social que ela própria quer viver, cumprir e proteger para a dignidade de todos*».¹²

Num mundo globalizado, o exercício da cidadania necessita ser redefinido e recriado. O conceito tradicional de cidadania remete-nos para «*a pertença a uma identidade nacional, realizada através de um conjunto de direitos e deveres que regulam a relação entre o estado e os indivíduos ou grupos sociais*»¹³. Dois elementos qualificam esta definição:

- A cidadania como conjunto de direitos e deveres, tais como os deveres fiscais ou o direito à protecção.
- A cidadania como pertença a uma identidade nacional, sendo possível dizer quem “está incluído” ou “excluído” da comunidade.

Nesta concepção, a expressão mais elevada da cidadania é a participação eleitoral, através do exercício do direito de voto. A primazia na gestão e resolução dos problemas é dada ao papel do estado e às instituições públicas.

Este conceito tradicional de cidadania é desafiado pelos crescentes fluxos migratórios, pelo processo de globalização/localização, a crise dos sistemas públicos de bem-estar social, a actual carência de lideranças políticas e a falta de efectividade da administração pública. Em simultâneo, a participação dos cidadãos tem vindo a acentuar-se, justificando a emergência de novas dimensões no conceito de cidadania.

Este novo tipo de cidadania pode ser definida como: «***o exercício dos poderes e responsabilidades dos cidadãos na arena das políticas públicas, no contexto da governação***¹⁴».

A cidadania é agora marcada pela «*capacidade de auto-organização dos cidadãos numa multiplicidade de formas para a mobilização de recursos e o exercício de poderes para a protecção dos direitos, com o objectivo de cuidar e desenvolver os bens públicos*¹⁵».

Em coerência com a missão de erradicar a pobreza e reduzir as assimetrias económicas e de conhecimento, através do envolvimento e corresponsabilização dos actores sociais, a Oikos desenvolveu no seu

¹² BERNARDO, J. Toro. La Construcción de lo Público desde la Sociedad Civil. Artigo distribuído pelo autor no âmbito de uma acção de formação, no ano de 2005.

¹³ MORO, Giovanni (Cittadinanzattiva, 2001). *The “Lab” of European Citizenship. Democratic Deficit, governance approach and non-standard citizenship.*

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ Ibidem

continuum de intervenção um nível de “Mobilização da Cidadania Global”, complementar com os níveis de “Acção Humanitária” e de “Vida Sustentável”.

Neste nível de acção, são utilizadas três estratégias principais:

- **Educação para a Cidadania Global;**
- **Parcerias para a promoção do Bem Comum;**
- **Influência Pública.**

Com estas estratégias, a Oikos pretende alcançar um impacto complementar às acções que desenvolve nos países em desenvolvimento, nomeadamente em matéria de:

- Consciencialização e agendamento da opinião pública (Educação para a Cidadania Global);
- Trabalho em rede e em parceria em função do bem comum (Parcerias para o Bem Comum);
- Políticas Públicas (Influência Pública).

4.4.1 Educação para a Cidadania Global

A educação para a cidadania global, tradicionalmente limitada à “sensibilização da opinião pública do Norte sobre os problemas dos países do Sul” - Educação para o Desenvolvimento (ED) -, assume hoje a tarefa de criar uma consciência de cidadania global - Educação para a Cidadania Global (ECG) -, potenciando o surgimento de cidadãos capazes de assumir um papel de liderança social e de se auto-organizar numa multiplicidade de formas, com o objectivo de cuidar e de promover a criação de “bem comum”.

A promoção do “bem comum” exige a capacidade de assumir a responsabilidade na esfera local e global. Deste modo, o exercício do poder e das responsabilidades do cidadão acontece, simultaneamente, num contexto territorial e em sucessivas esferas da governação: local, nacional, regional e global.

Formas de Intervenção

segundo os objectivos e os públicos alvo a atingir, as principais formas de intervenção da ED/ECG são as seguintes:

sensibilização

chama a atenção da população ou de grupos específicos para um dado problema, devendo-se transmitir o máximo de informação útil ao destinatário, tendo em consideração, designadamente, a complexidade do problema, a capacidade de absorção da informação, a necessidade de estimular para a acção e a indicação de outras fontes informativas para aprofundar o tema.

mobilização

acções de ED/ECG que têm por objectivo atrair vários actores sociais e políticos, a opinião pública e a sociedade civil para a mudança de práticas e de políticas.

formação

trata-se de dotar o destinatário de competências que lhe permitam posteriormente trabalhar uma determinada temática no âmbito da ED/ECG.

produção de materiais pedagógicos

cruciais para dar a conhecer a ED/ECG, para trabalhar em escolas ou em sessões de formação, dotando o educador/formador de informação útil para a abordagem

de temas complexos, de ferramentas de trabalho (fichas de actividades, jogos, pistas de reflexão...) e de indicação de metodologias de trabalho.

O trabalho de ED/Educação para a Cidadania Global, promovido pela Oikos, tem contado desde o início com o apoio de um grupo de professores voluntários - **GEDOIKOS** (Grupo de Educação ao Desenvolvimento da Oikos) que, para além de um trabalho de investigação e reflexão, programa e orienta ao longo do ano diversos tipos de actividades e iniciativas, nomeadamente Sessões de Formação para professores e alunos no âmbito da Educação ao Desenvolvimento na sua relação com o ambiente, cultura, cidadania, solidariedade entre outros temas.

Nos últimos anos e dado o crescente interesse demonstrado por professores e alunos de todo o país, naturalmente merecedor de respostas positivas, a Oikos procedeu à criação de Núcleos de Educação ao Desenvolvimento (**NEDOIKOS**) em diversos pontos do país com o objectivo de multiplicar o trabalho já iniciado, permitindo ao mesmo tempo atingir um número crescente de estabelecimentos de ensino.

Estes núcleos, que funcionam ao mesmo tempo como grupo alvo e instrumento de consolidação e descentralização do trabalho de Educação para a Cidadania Global, são constituídos por elementos que ao longo dos tempos se têm vindo a envolver de uma forma mais efectiva, participando e colaborando com a Oikos em actividades de formação de professores e alunos, tornando-se “centros de recursos” disponíveis para a realização de actividades de sensibilização e formação não só na escola a que estão vinculados, mas em escolas geograficamente próximas.

Seguidamente apresentam-se os projectos de Educação para a Cidadania Global, com maior incidência no ano de 2007.

1A24 - Terra de Tod@s: Uma Visão Global do Desenvolvimento

local de intervenção	Portugal			
datas	início	1 de Abril 2006	conclusão	Agosto 2008
área do continuum	cidadania global - Educação para a Cidadania Global			
tema de intervenção	transculturalidade			
grupos alvo	sensibilização		<ul style="list-style-type: none"> - Opinião pública e cidadãos (3100: mostras e festivais de cinema documental); - 700 jovens dos 14 aos 30 anos, estudantes do grau médio e superior; - 40 professores do ensino secundário e universitário; - 20 jornalistas - 20 representantes sindicais; - 20 técnicos de animação sociocultural; - 200 membros do “Movimento de Cidadãos Solidários” - 10 membros e grupos em risco de exclusão social; - 50 activistas e voluntários de movimentos sociais e ONG portuguesas; - 10 representantes de empresas. 	

	materiais pedagógicos e formação	300 jovens dos 14 aos 30 anos, participantes nas actividades de ED com apoio da unidade didáctica do projecto;
Financiadores	DG-DEV (via CIC-Batá), Oikos	
Orçamento previsto	93.325,76 € (Componente gerida pela Oikos)	
Parceiros	Terra de tod@s é uma iniciativa de intercâmbio educativo e cultural para o desenvolvimento, promovida por um consórcio de Organizações Não Governamentais europeias de Espanha (Cic-Batá), Portugal (OIKOS) e Itália (Cospe e GVC), implicadas desde há muitos anos na promoção de modelos de desenvolvimento mais justos e inclusivos.	
Objectivos a atingir	<p>Objectivos Gerais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apresentar uma visão proactiva da sociedade civil organizada dos países do Sul, como protagonista na construção de alternativas políticas, económicas e sociais e na defesa dos direitos dos cidadãos, através do uso do audiovisual. - Fomentar a incorporação de novos actores sociais europeus nas tarefas de sensibilização sobre o papel dos Movimentos e Organizações Sociais do Sul na redução das desigualdades nos países em desenvolvimento. <p>Objectivo Específico:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sensibilizar a opinião pública europeia acerca do papel dos movimentos e Organizações Populares do Sul na construção de um modelo social, económico e político mais equitativo, inclusivo e justo, que pode ser fortalecido na interacção com os agentes sociais Europeus. 	
Resultados e impactos	<p>Este projecto permitiu a criação de instrumentos de educação para a cidadania global, de grande qualidade, e que estão a ser requisitados por diversas instituições do país: Escolas, ONG e Associações de Desenvolvimento Local, Câmaras Municipais. Entre os instrumentos criados e que permanecerão em circulação para além da vida do projecto, destacamos um kit multimédia, integrado por 10 filmes documentários e um guia pedagógico, sobre os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Género e Desenvolvimento - Pobreza e Desenvolvimento, uma questão de direitos - Cidadania activa - Direitos Humanos e Democracia - Trabalho, Globalização e Direitos laborais - Sustentabilidade ambiental e Desenvolvimento - Cultura e Povos indígenas - Infância e Juventude - Guerra, terrorismo e violência - O sul nos meios de comunicação <p>Foi ainda criada uma exposição itinerante, de grande formato, que serve de suporte a conferências/debate, acções de sensibilização ou ciclos de cinema documental, sobre os 10 acima</p>	

	<p>expostos.</p> <p>Um website: http://www.tierradetodos.eu , com informação sobre os materiais disponíveis e os eventos nos três países do projecto (Espanha, Itália e Portugal).</p>
--	--

1A26 - Kits ODM - Objectivos do Milénio

Local de Intervenção	Portugal
Datas	início Março 2007 conclusão Outubro 20078
Área do continuum	cidadania global - Educação para a Cidadania Global
Tema de intervenção	ODM, Cooperação Internacional, Ajuda Pública ao Desenvolvimento
Grupos alvo	sensibilização 4000 agentes educativos entre professores, técnicos autárquicos e empresariais.
Financiadores	IPAD, Oikos
Orçamento previsto	Total: 103.481 € IPAD: 79.962 Euros (75%) Oikos: 23.519 Euros (25%)
Objectivos a atingir	<p>Objectivo Global: Aumentar a atenção e a capacidade de resposta da sociedade civil portuguesa face aos Objectivos do Desenvolvimento, sensibilizando os decisores para a adopção de políticas concordantes com os ODM.</p> <p>Objectivo Específico: Promover a incorporação das temáticas alusivas aos ODM na sociedade civil através de ferramentas pedagógicas adequadas a diferentes públicos-alvo.</p>
Resultados a atingir	<p>Resultado 1: 4 Kits de materiais pedagógicos sobre os ODM, adequados a cada público-alvo desenvolvidos e distribuídos pelas instituições beneficiárias.</p> <p>Em termos reais, o resultado esperado para este projecto é a criação e desenvolvimento de uma ferramenta de trabalho que possibilite a diversos actores sociais (professores, técnicos autárquicos e empresariais) a abordagem dos problemas de fundo colocados pelos ODM, numa perspectiva centrada na reacção/acção, capaz de influir directa e indirectamente nas atitudes individuais e colectivas de cada um.</p> <p>Resultado 2: Os públicos-alvo estão formados para a utilização dos Kits pedagógicos</p> <p>Directamente, serão beneficiados com Kits ODM cerca de 4000 agentes educativos entre professores, técnicos autárquicos e empresariais. Será dada formação a cerca de 100 formandos, potenciais formadores de formadores acerca da didáctica dos Kits e estratégias de continuidade para além do projecto. Esta formação contará com o apoio dos NEDOIKOS, não só ao nível da identificação dos formandos como do apoio e integração na rede de NEDOIKOS existente como forma de garantir experiência de trabalho no terreno e reforçar os contactos necessários ao trabalho de ED.</p>

1A27 - Promoção do Concurso “A União Europeia e a Não Discriminação”

local de Intervenção	Portugal			
datas	início	Maio 2007	conclusão	Dezembro 2007
área do continuum	cidadania global - Educação para a Cidadania Global			
tema de intervenção	transculturalidade			
grupos alvo	sensibilização		<ul style="list-style-type: none"> - Escolas do Ensino Básico e Secundário (totalidade das escolas do país). Divulgação efectuada com apoio do Ministério da Educação; - 360 clubes escolares (grupos organizados em torno de temas Europeus); - 130 associações de jovens; - 1020 grupos de escuteiros; - Media nacionais e locais (base de dados de >500 jornalistas). 	
Financiadores	CE(via PROPAGER)			
Orçamento previsto	5.000 €			
Parceiros	<p>PROPAGER - Empresa de Consultoria Francesa (Líder de Consórcio) Oikos (Coordenação e Administração das Actividades em Portugal)</p> <p>Apoio Institucional: Representação da Comissão Europeia em Portugal Escritório de Representação do Parlamento Europeu em Portugal Ministério da Educação CIG - Comissão para a Igualdade de Género ACIDI - Alto Comissariado para as Migrações e o Diálogo Intercultural CNE - Corpo Nacional de Escutas CNJ - Conselho Nacional da Juventude</p>			
Objectivos a atingir	<p>Objectivo Global: Contribuir para a sensibilização dos jovens portugueses em torno da não-discriminação.</p> <p>Objectivo Específico: Promover a participação dos jovens portugueses no Concurso “A União Europeia e a Não Discriminação”.</p>			
Resultados e impactos	<p>A participação de Portugal no concurso foi uma das mais significativas em toda a Europa, tendo merecido o primeiro prémio na categoria de 15-18 anos. Registou-se uma participação de 240 escolas, 27 associações juvenis e 6 jovens a título individual.</p>			

4.4.2 Parcerias para o Bem Comum

A cidadania já não tem por objecto único a participação eleitoral; o seu objecto deixou de ser exclusivamente a influência pública sobre o estado, enquanto síntese de contradições da sociedade, e instituição onde residem os poderes legislativo, judicial e executivo.

O cidadão exerce agora as suas responsabilidades no âmbito das interacções com os três sectores:

- sector público - a responsabilidade de conformar o poder legislativo, judicial e executivo;
- terceiro sector - a responsabilidade de assumir a vigilância social, a solidariedade e o empreendedorismo social;
- sector privado - a responsabilidade de premiar, consumir e investir de forma consciente e responsável (comércio justo, compras ecológicas, finança ética e consumo responsável).

Comum a todas as esferas de interacção, persiste o desafio da transparência, da prestação de contas, e da cooperação estratégica entre distintos sectores. Um maior número de interacções úteis ao exercício da cidadania, é uma condição imprescindível para a construção de um tecido social competitivo. A facilidade de acesso dos cidadãos às distintas organizações, - independentemente da condição económica, cultural, étnica, religiosa ou de género - possibilitará a criação de condições para lutar contra a exclusão social e promoverá o empoderamento das comunidades e pessoas mais pobres.

Em complemento a um processo de sensibilização e educação para a cidadania global a Oikos procura, através da organização de redes e de parcerias entre os vários actores, fomentar a promoção do “bem comum”, integrando neste conceito, não apenas os “bens públicos” na comunidade local e nacional (como podem ser o acesso aos serviços essenciais), mas também os chamados bens públicos globais, como a estabilidade climática ou a sustentabilidade ambiental.

Entre os temas sobre os quais a Oikos tem vindo a apostar numa dinâmica de promoção de parcerias para o bem comum, destacamos: alterações climáticas; finança ética/financiamento alternativo do desenvolvimento; consumo responsável e compras públicas responsáveis; Responsabilidade Social das Empresas; fortalecimento e profissionalização dos actores sociais.

Em 2007, destaca-mos a acção da Oikos em torno a dois temas: as alterações climáticas e a Responsabilidade Social das Organizações.

4.4.2.1 *Alterações Climáticas e Desenvolvimento: 2ª Edição dos Dias Europeus do Desenvolvimento*

Dia 9 de Novembro de 2007, a Oikos e a Ecoprogresso lançaram, em parceria, a iniciativa “Carbono contra a Pobreza”. O lançamento ocorreu no âmbito da segunda edição dos Dias Europeus do Desenvolvimento¹⁶, subordinados ao

¹⁶ Informação do evento disponível em:

http://ec.europa.eu/development/services/events/EDD2007/homepage_en.htm

tema: “Alterações Climáticas e Desenvolvimento” (Lisboa, 7-9 de Novembro de 2007).

A iniciativa “Carbono contra a Pobreza”¹⁷ pretende mobilizar os cidadãos e actores sociais portugueses, públicos e privados, para o combate às alterações climáticas e para a redução da pobreza através do apoio às comunidades mais carenciadas, em Portugal e nos países pobres.

Os programas e projectos enquadrados no “Carbono contra a Pobreza” incluem sempre objectivos de combate às alterações climáticas e de redução de pobreza, fomentando e aproveitando as sinergias que se podem criar em torno destes grandes desafios.

A iniciativa contará com três componentes principais:

- Campanha de sensibilização “Carbono Contra a Pobreza”.
- Identificação, desenho, investimento e implementação de projectos de redução das emissões de carbono com alto benefício social, em Portugal e em países em desenvolvimento.
- Identificação, desenho, investimento e implementação de projectos de adaptação aos impactes das alterações climáticas em Portugal e em países em desenvolvimento.

4.4.3 Influência Pública: A Presidência Portuguesa da UE

A Presidência Portuguesa da União Europeia, durante o último semestre de 2007, foi uma oportunidade de influenciar a agenda pública em torno das questões da cooperação para o desenvolvimento. Para tal, a Oikos uniu esforços às suas congéneres nacionais e internacionais. Seguidamente descrevemos alguns dos eventos e marcos que marcaram a agenda da Oikos em torno das acções da Presidência Portuguesa.

4.4.3.1 Ajuda Humanitária: Novo Consenso Europeu e Capacitação das ONGD Portuguesas

No âmbito do Grupo de Ajuda Humanitária de Emergência (GAHE)¹⁸, constituído no seio da Plataforma Portuguesa das ONGD - conformado pela Oikos, ADRA, Médicos do Mundo e Saúde em Português - promovemos o projecto de “Sensibilização para a Ajuda Humanitária de Emergência”.

Este projecto teve três componentes principais:

- **Capacitação dos Recursos Humanos das ONGD Portuguesas.**

Neste âmbito foram realizadas acções de formação, com o apoio do “Projecto Esfera”¹⁹ e do Grupo URD²⁰. O projecto permitiu ainda a

¹⁷ A iniciativa mantém um site acessível em: <http://www.carbonocontrapobreza.org>

¹⁸ Para mais informação sobre o GAHE consultar o site da Plataforma: <http://www.plataformaongd.pt>

¹⁹ O Projecto Esfera foi desenvolvido para estabelecer um conjunto de indicadores universais em áreas centrais da assistência humanitária. O objectivo do projecto Esfera é melhorar a qualidade da assistência fornecida a pessoas afectadas por desastres, e destacar os aspectos relacionados com a “accountability” do sistema humanitário na resposta a desastres. Os materiais da formação estão disponíveis para Download no site da Plataforma.

²⁰ Groupe Urgence - Rehabilitation - Development. Os Recursos das acções de formação do URD encontram-se disponíveis no site da Plataforma. As publicações e Software de Gestão do Programa “Compas Qualidade” está disponível em: <http://www.urd.org>

tradução e distribuição em língua portuguesa do livro de bolso sobre o “Programa Compass Qualidade”. A título permanente, o GAHE disponibiliza no site da Plataforma ONGD uma bibliografia online, especializada sobre ajuda humanitária.

- **Posicionamento das ONGD Portuguesas face às políticas nacionais e europeias de ajuda humanitária.**

A este nível assume particular relevância a realização de uma conferência, com apoio da Plataforma, da VOICE, e da Direcção Geral de Assuntos Humanitários da Comissão Europeia (DG-ECHO), de uma conferência que reuniu os vários actores (EU, Agências das Nações Unidas, Protecção Civil, ONGD) em torno da discussão do novo Consenso Europeu para a Ajuda Humanitária. Sob a liderança da Oikos, o GAHE da Plataforma, subscreveu e apresentou à DG-ECHO e ao Governo Português, um “Manifesto sobre a Política Europeia de Ajuda Humanitária”.

Ao nível interno, o GAHE publicou e subscreveu um “Código de Conduta de Ajuda de Emergência”, uma iniciativa de grande relevância no âmbito da auto-regulação do sector.

- **Formação de Jornalistas.** O projecto constituiu uma oportunidade para a sensibilização e realização de acções de formação, orientadas para os jornalistas portugueses, sobre questões humanitárias. A título permanente o GAHE disponibiliza, no site da Plataforma, uma secção com recursos para jornalistas.

4.4.4 Estratégia Conjunta África - EU: Cimeira Europa-África

4.4.4.1 *Projecto da Presidência: Plataforma ONGD*

Tendo em conta a Presidência Portuguesa da União Europeia e a realização da Cimeira Europa-África no decurso do segundo semestre de 2007, a Plataforma Portuguesa das ONGD elaborou um projecto centrado na participação da sociedade civil no diálogo entre os continentes europeu e africano²¹. O projecto focalizou-se em três grandes temáticas inter-relacionadas: a Governação, a Migração e a Cooperação para o Desenvolvimento. Como principal evento, foi realizado um Fórum da Sociedade Civil, congregando representantes de organizações europeias e africanas.

A Oikos assumiu um papel activo na implementação deste projecto e do Fórum da Sociedade Civil²².

O objectivo de longo prazo do projecto foi o de reforçar a solidariedade, através de um diálogo acrescido entre as sociedades do Norte e do Sul e entre os próprios actores do desenvolvimento. Como objectivos intermédios, procurou-se aumentar o conhecimento do público em geral sobre as questões do Diálogo Europa-África, Governação, Migrações e Cooperação para o

²¹ Informação sobre o projecto, eventos e publicações em: <http://www.dialogoeuropafrica.org>

²² Este projecto foi implementado pelo Grupo Presidência da Plataforma Portuguesa (ACEP, AGPD, APCS, GRAAL, IEEI, INDE, MDM, OIKOS, IMVF, IED), Centro Norte-Sul, CONCORD, OIM, ACIDI, KEHYS, VENRO, SLOGA, Coordination Sud.

Desenvolvimento, bem como criar sinergias e fortalecer a cooperação entre os diversos actores de desenvolvimento, na abordagem das mesmas temáticas. Pretendeu-se ainda que o projecto sirva de base para futuras intervenções dos actores não-estatais, europeus e africanos, em relação ao diálogo Europa-África.

O projecto assumiu-se como parte de um processo mais amplo do que o processo oficial, conduzido pelos governos das duas regiões. Com efeito, procurou-se dar uma certa continuidade aos trabalhos conduzidos pela sociedade civil em paralelo à Cimeira do Cairo, que tiveram lugar em Lisboa no ano 2000. Para além disso, pretendeu-se que este fosse uma iniciativa em conjugação com os projectos desenvolvidos por outras plataformas nacionais, no quadro da rede europeia CONCORD²³. Outros parceiros importantes na realização deste projecto foram o Centro Norte-Sul²⁴, a Organização Internacional para as Migrações²⁵ e a Fundação Calouste Gulbenkian²⁶.

Como arranque da iniciativa, o Grupo Presidência da Plataforma Portuguesa das ONGD, integrado pela Oikos, elaborou e entregou ao Governo Português, um **Manifesto**, subscrito por vários parceiros, entre os quais a Campanha Pobreza Zero e a ANIMAR. O Manifesto foi um primeiro contributo das organizações portuguesas com um conjunto de recomendações, orientadas para a Presidência da UE, e relacionadas com os temas do diálogo Europa-África, Governança e Desenvolvimento, Migrações e Desenvolvimento, políticas de cooperação ao Desenvolvimento.

O principal evento, promovido pelo projecto, foi o “**Fórum da Sociedade Civil**”, realizado em Lisboa nos dias 15 e 17 de Novembro de 2007, com a presença de representantes de organizações europeias e africanas²⁷, a fim de trabalhar conjuntamente para a construção de uma visão partilhada sobre o desenvolvimento de África. Este evento foi organizado em coordenação com um encontro de parlamentares promovido pelo Centro Norte-Sul. Assim sendo, o Fórum da Sociedade Civil constituiu uma excelente oportunidade para que fossem lançadas pistas concretas no sentido de reforçar o diálogo entre os dois continentes. Os seus principais resultados consistiram na produção de uma declaração política²⁸, posteriormente lida na Cimeira de Chefes de Estado UE-África, e na formulação de recomendações sobre os principais temas abordados pelo Fórum²⁹.

4.4.4.2 *Participação da Sociedade Civil na Cimeira Europa-África*

A Oikos, em cooperação com várias congéneres Europeias e Africanas, procurou acompanhar a evolução dos trabalhos da Cimeira Europa-África. Não foi uma tarefa fácil, dado que o acesso da sociedade civil ao recinto do quase totalmente inviabilizado. Como tal, a Oikos adoptou uma estratégia assente em três momentos complementares:

²³ <http://www.concordeurope.org/>

²⁴ http://www.coe.int/T/E/North-South_Centre/

²⁵ <http://www.iom.int/>

²⁶ <http://www.gulbenkian.pt/>

²⁷ Para aceder a um registo multimédia do Fórum, aceder à página: <http://podcasts.bond.org.uk>

²⁸ Disponível para download em: http://www.dialogoeuropafrica.org/images/Declaracao_politica_pt.pdf

²⁹ As conclusões do Fórum podem ser lidas em: <http://www.dialogoeuropafrica.org/images/stories/Publicacao.pdf>

- **Apoio à Plataforma Portuguesa das ONGD** para que fosse garantido o acesso de representantes da sociedade civil Europeia e Africana, ao plenário da Cimeira, a fim de ler e entregar a declaração política do “Fórum da Sociedade Civil”, o que viria a suceder.
- Realização de **eventos de sensibilização da opinião pública** e mobilização cidadã, em torno de alguns temas da agenda da sociedade civil europeia e africana, nomeadamente o direito à alimentação e a justiça no comércio internacional. Destaca-se a este nível a realização, no dia 7 de Dezembro de 2007, de um “Tribunal Popular”, numa parceria entre a Oikos, a Action Aid, a Confederação Nacional dos Agricultores e várias redes africanas vinculadas ao tema da agricultura e segurança alimentar. Como resultado desta iniciativa, foi subscrita uma Declaração intitulada “*Pelo Direito à Alimentação com Soberania Alimentar*”, entretanto entregue à Presidência Portuguesa da EU, no início dos trabalhos da Cimeira oficial Europa-África.
- **Interacção com os líderes políticos**, chefes de Estado e outras Partes Interessadas, no perímetro da Cimeira. No dia 8 de Dezembro de 2007, a Oikos, a Action Aid e vários parceiros africanos, puderam participar em eventos paralelos e pressionar publicamente para a inclusão do direito à alimentação na estratégia de cooperação Europa-África.

4.4.5 Campanha “Pobreza Zero”

Em 2007, a Oikos continuou a dinamizar a Campanha “Pobreza Zero” (<http://www.pobrezazero.org>), em parceria com a Amnistia Internacional (Portugal), Médicos do Mundo (Portugal) e Quercus, além de muitas outras instituições aliadas na promoção de eventos concretos. No ano passado, a grande aposta da campanha “Pobreza Zero” foi a realização de uma acção de mobilização social, a nível nacional, por ocasião do Dia Internacional de Erradicação da Pobreza (17 de Outubro).

O evento, conhecido pelo lema “Levanta-te contra a Pobreza e pelos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio”, é organizado internacionalmente pelo *Global Call to Action Against Poverty (GCAP)*, representado em Portugal pela *Pobreza Zero* e pela *Millennium Campaign*, representada em Portugal pelo *Objectivo 2015*.

Entre as 21 horas de 16 de Outubro e as 21 horas de 17 de Outubro de 2007, os portugueses aceitaram o desafio de, literal e simbolicamente, se levantarem contra a pobreza e pelos objectivos de desenvolvimento do milénio. **O número final de registos de cidadãos mobilizados atingiu os 65.753!** Mais de 340 acções foram realizadas por todo o território nacional. Estes cidadãos juntaram-se aos mais de 43 milhões de vozes que, em todo o mundo recordaram aos Governos e à sociedade civil a responsabilidade do Estado dos países da OCDE na luta contra a pobreza (0,7% do RNB) a nível mundial e o compromisso com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

O evento culminou com a realização de um debate televisivo (Prós e Contras), na semana seguinte, em que foram debatidos em horário nobre, e num programa de grande audiência, os temas da erradicação da pobreza extrema e da ajuda pública ao desenvolvimento.

Ao longo de 2007, a Oikos - quer através da “Campanha Pobreza Zero”, quer através do apoio à iniciativa de outras organizações, procurou colocar na agenda pública o

tema da pobreza extrema e da ajuda ao desenvolvimento. Os esforços conjugados de muitas organizações da sociedade civil, na sensibilização da opinião pública e na influência dos decisores políticos, começa a dar os primeiros frutos. É um sinal muito forte que, mais de 22.000 pessoas, tenham assinado uma petição dirigida à Assembleia da República, da iniciativa da Comissão Nacional Justiça e Paz, em resposta à qual todos os partidos aí representados subscreveram uma Resolução que reconhece a pobreza como violação de direitos humanos, estabelece um limiar oficial de pobreza e cria um mecanismo parlamentar de observação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas para a sua erradicação.

5 Contas do Exercício de 2007

5.1 Balanço e Demonstração de Resultados

5.1.1 Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro 2007

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS DE 2007 E 2006						
Código contas		DESCRIÇÃO	EXERCÍCIOS			
CEE	POC		2007		2006	
A		CUSTOS E PERDAS				
2.a)	61	Custo mercadorias vendidas e consumidas:				
		Mercadorias	0,00		0,00	
		Matérias		0,00		0,00
2.b)	62	Fornecimentos e serviços externos		92.695,46		382.850,77
3		Custos com pessoal:				
3.a)	641/2	Remunerações	253.563,83		245.038,69	
3.b)	643/9	Encargos sociais	53.845,28	307.409,11	52.297,78	297.336,47
4.a)	662+663	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorp.	6.429,25		4.172,90	
4.b)	666+667	Ajustamentos	0,00		0,00	
	67	Provisões	0,00	6.429,25	0,00	4.172,90
5	63	Impostos	219,71		1.726,86	
5	65	Outros custos operacionais	2.760.630,81	2.760.850,52	2.764.199,62	2.765.926,48

		(A)		3.167.384,34		3.450.286,62
6	682	Perdas em empresas do grupo e associadas				
6	683+6845	Amort. e ajust. de aplic. e invest. financeiros				
7	68	Juros e custos similares:				
		Relativos a empresas do grupo	0,00		0,00	
		Outros	40.020,27	40.020,27	106.069,41	106.069,41
		(C)		3.207.404,61		3.556.356,03
10	69	Custos e perdas extraordinárias		18.520,50		13.222,08
		(E)		3.225.925,11		3.569.578,11
8+11	86	Imposto sobre rendimento do exercício		0,00		0,00
		(G)		3.225.925,11		3.569.578,11
13	88	Resultado líquido do exercício		16.123,91		52.817,90
				3.242.049,02		3.622.396,01

B		PROVEITOS E GANHOS				
1	71	Vendas:				
		Mercadorias	0,00		0,00	
		Produtos				
1	72	Prestações de serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
2		Variação da produção				
3	75	Trabalhos para a própria empresa				
4	73	Proveitos suplementares	30,00		0,00	
4	74	Subsídios à exploração	3.181.424,32		3.566.893,06	
4	76	Outros proveitos operacionais				
	77	Reversão de amortiz. e ajustamentos	0,00	3.181.454,32	0,00	3.566.893,06

		(B)		3.181.454,32		3.566.893,06
5	782	Ganhos em empresas do grupo e associadas				
5	784	Rendimentos participações capital:				
6		Rendimentos de títulos e out.aplic.financeiras:				
		Relativos a empresas do grupo				
		Outros				
7		Outros juros e proveitos similares:				
		Relativos a empresas do grupo	0,00		0,00	
		Outros	1.832,91	1.832,91	1.674,85	1.674,85
		(D)		3.183.287,23		3.568.567,91
9	79	Proveitos e ganhos extraordinários		58.761,79		53.828,10
		(F)		3.242.049,02		3.622.396,01
Resumo:						
		Resultados operacionais (B-A)		14.069,98		116.606,44
		Resultados financeiros (D-B)-(C-A)		(38.187,36)		(104.394,56)
		Resultados correntes (D-C)		(24.117,38)		12.211,88
		Resultados antes de impostos (F-E)		16.123,91		52.817,90
		Resultado líquido do exercício (F-G)		16.123,91		52.817,90

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações de resultados por natureza em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

5.1.2 Balanço em 31 de Dezembro 2007

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

Código das contas		ACTIVO	EXERCÍCIOS			
CEE	POC		2007			2006
			Activo Bruto	Amortizações e ajustamentos	Activo Líquido	Activo Líquido
C		IMOBILIZADO:				
I		Imobilizações incorpóreas			0,00	
II		Imobilizações corpóreas:				
1	421	Terrenos e recursos naturais			0,00	
1	422	Edifícios e outras construções				
2	423	Equipamento básico	92.269,99	88.675,73	3.594,26	5.530,80
2	424	Equipamento de transporte				
3	425	Ferramentas e utensílios				
3	426	Equipamento administrativo	143.048,07	137.531,12	5.516,95	8.548,78
3	427	Taras e vasilhame				
3	429	Outras imobilizações corpóreas	13.916,33	13.260,08	656,25	875,00
4	441/6	Imobilizações em curso				
4	448	Adiant. p/ conta de imob. corpóreas				
			249.234,39	239.466,93	9.767,46	14.954,58
III		Investimentos financeiros:				
1	4111	Partes de capital em empresas do grupo				
2	4121+4131	Empréstimos a empresas do grupo				
5	4113+414+415	Titulos e outras aplicações financeiras				
6	4123+413	Outros empréstimos concedidos				
6	441/6	Imobilizações em curso				
6	447	Adiant. p/ conta de invest. financeiros				
			0,00	0,00	0,00	0,00

D		CIRCULANTE:				
I		Existências:				
1	36	Matérias primas, subsid. e de consumo				
2	35	Produtos e trabalhos em curso				
3	34	Subprod., desperdícios, resídos. e refugos				
3	33	Produtos acabados e intermédios				
3	32	Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
4	37	Adiantamentos por conta de compras				
			0,00	0,00	0,00	0,00
II		Dívidas de terceiros-Médio e longo prazo:				
II		Dívidas de terceiros-Curto prazo:				
1	211	Clientes c/c	0,00		0,00	0,00
1	212	Clientes-Titulos a receber				
1	218	Clientes de cobrança duvidosa	0,00	0,00	0,00	0,00
2	252	Empresas do grupo				
3	253+254	Empresas participadas e participantes	0,00		0,00	0,00
4	251+255	Outros accionistas (sócios)				
4	229	Adiantamentos a fornecedores	2.459,72		2.459,72	0,00
4	2619	Adiantamentos a fornecedores imobilizado				
4	24	Estado e outros entes publicos	173,78		173,78	153,94
4	262/6/7/8+221	Outros devedores	6.395.841,04		6.395.841,04	3.667.672,37
5	264	Subscritores de capital				
			6.398.474,54	0,00	6.398.474,54	3.667.826,31
III		Títulos negociáveis:				
3	1513+23+153/9	Outros títulos negociáveis	9.117,09		9.117,09	9.117,09
3	18	Outras aplicações de tesouraria				
			9.117,09	0,00	9.117,09	9.117,09
IV		Depósitos bancários e caixa				
	12+13+14	Depósitos bancários	552.428,78		552.428,78	565.727,71
	11	Caixa	1.134,20		1.134,20	1.203,24
			553.562,98		553.562,98	566.930,95
E		ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				

271	Acréscimos de proveitos	0,00		0,00	37,85
272	Custos diferidos	111,32		111,32	2.526,71
2761	Activos por impostos diferidos	0,00		0,00	0,00
		111,32		111,32	2.564,56
	Total de amortizações		239.466,93		
	Total de ajustamentos		0,00		
	TOTAL DO ACTIVO	7.210.500,32		6.971.033,39	4.261.393,49

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 (continuação)

Código das contas		CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
CEE	POC		2007	2006
A		CAPITAL PRÓPRIO		
I				
	582	Fundo de cooperação	104.754,44	104.754,44
	583	Subsídios/Ofertas	25.523,48	25.523,48
II				
III	56	Reservas de reavaliação		
IV		Reservas:		
1.2	571	Reservas legais		
3	572	Reservas estatutárias		
4	573	Reservas contratuais		
4	574/79	Outras reservas		
V	59	Resultados transitados	517.745,52	25.372,90

		Sub-total		648.023,44	155.650,82
VI	88	Resultado liquido do exercicio		16.123,91	52.817,87
	89	Dividendos antecipados			
			TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	664.147,35	208.468,69
			PASSIVO		
B		Provisões:			
	1	291	Provisões para pensões		
	2	292	Provisões para impostos		
	3	293/8	Outras provisões	34.300,00	
				34.300,00	0,00
C		Dívidas a Terceiros - M/L Prazo:			
		231+12	Dívidas a instituições credito	394.666,09	648.737,83
				394.666,09	648.737,83
C		Dívidas a Terceiros - Curto Prazo:			
	1	232	Empréstimos por obrigações		
	1	233	Empréstimos por títulos de participação		
	2	231+12	Dívidas a instituições credito	130.450,35	
	3	269	Adiantamentos por conta de vendas		
	4	221	Fornecedores c/c	30.993,75	40.623,77
	4	228	Fornecedores-Facturas recep. e conferência		
	5	222	Fornecedores-Titulos a pagar		
	5	2612	Fornecedores de imobilizado-Títulos a pagar		
	6	252	Empresas do grupo		
	7	253+254	Empresas participadas e participantes		
	8	251+255	Outros accionistas (sócios)		
	8	219	Adiantamentos de clientes		
	8	239	Outros empréstimos obtidos		
	8	2611	Fornecedores de imobilizado, c/c		
	8	24	Estado e outros entes publicos	17.643,27	12.788,25
	8	262/8+211	Outros credores	5.370.845,99	3.009.288,16
				5.549.933,36	3.062.700,18

D	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
	273	Acréscimos de custos	22.099,99	24.157,27
	274	Proveitos diferidos	305.886,60	317.329,52
			327.986,59	341.486,79
		TOTAL DO PASSIVO	6.306.886,04	4.052.924,80
	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO + PASSIVO	6.971.033,39	4.261.393,49	

As notas anexas fazem parte integrante dos balanços em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

5.2 Demonstração de Fluxos de Caixa (Exercício 2007 e 2006)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Exercícios 2007 e 2006)

DESCRIÇÃO	2007	2006
	(valores em euros)	(valores em euros)
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultados Líquidos do exercício	16.123,91	52.817,90
Resultados transitados (ver Nota 40 ao ABDR)	439.554,75	
Ajustamentos:		
Amortizações e ajustamentos	6.429,25	4.172,90
Provisões	34.300,00	
Resultados financeiros	38.187,36	104.394,56
Aumento das dívidas de terceiros	(2.730.648,18)	(2.933.928,42)
Diminuição das dívidas de terceiros		
Aumento das existências		
Diminuição das existências		
Aumento das dívidas a terceiros	2.356.782,77	2.922.162,00
Diminuição das dívidas a terceiros		
Diminuição dos proveitos diferidos	(11.442,92)	(100.595,48)
Aumento dos proveitos diferidos		
Diminuição dos acréscimos de proveitos	37,85	
Aumento dos acréscimos de proveitos		(37,85)
Aumento dos custos diferidos		(4.958,87)
Aumento de activos por impostos diferidos		
Diminuição de activos por impostos diferidos		
Diminuição dos custos diferidos	2.415,39	
Aumento dos acréscimos de custos		14.561,76
Diminuição dos acréscimos de custos	(2.057,28)	
Ganhos na alienação de imobilizações		

Perdas na alienação de imobilizações				
<i>Outros ajustamentos em imobilizações</i>	(1.242,13)		51.356,23	
Fluxo das actividades operacionais		148.440,77		109.944,73
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>				
<u>Recebimentos provenientes de:</u>				
Investimentos financeiros				
Imobilizações corpóreas			742.623,27	
Imobilizações incorpóreas				
Subsídios de investimento				
Juros e proveitos similares	1.832,91		1.674,85	
Dividendos		1.832,91		744.298,12
<u>Pagamentos respeitantes a :</u>				
Investimentos financeiros				
Imobilizações corpóreas	0,00			
Imobilizações incorpóreas	0,00	0,00		0,00
Fluxo das actividades de investimento		1.832,91		744.298,12
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>				
<u>Recebimentos provenientes de:</u>				
Empréstimos obtidos				
Aumentos de capital, prest. supl. prémios de emissão				
Subsídios e doações				
Venda de acções (quotas) próprias				
Cobertura de prejuizos				
<u>Pagamentos respeitantes a :</u>				
Empréstimos obtidos	123.621,33		1.091.372,44	
Amortização de contratos de locação financeira				
Juros e custos similares	40.020,27		106.069,41	
Dividendos				

Reduções de capital e prest. Suplementares		163.641,60		1.197.441,85
Aquisição de acções (quotas) próprias				
Fluxo das actividades de financiamento		(163.641,60)		(1.197.441,85)
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES		(13.367,92)		(343.199,00)
Caixa e seus equivalentes no início do período		566.930,95		910.129,95
Caixa e seus equivalentes no fim do período		553.562,98		566.930,95
		(13.367,97)		(343.199,00)

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2007 e 2006

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios de 2007 e 2006

2 - Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

(valores em euros)

DESCRIÇÃO	2007	2006
Numerário	1.134,20	1.203,24
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	552.428,78	565.727,71
Equivalentes a caixa		
Caixa e seus equivalentes	553.562,98	566.930,95
Outras disponibilidades		
Disponibilidades constantes do Balanço	553.562,98	566.930,95

5.3 Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

Nota Introdutória

Oikos – Cooperação e Desenvolvimento, pessoa colectiva de utilidade pública, constituída em 23 de Fevereiro de 1988, com sede na Rua de Santiago, 9 em Lisboa, número de identificação fiscal **502 002 859**, nos termos do seu Estatuto, constitui-se como **Organização Não Governamental de Cooperação para o Desenvolvimento (ONGD)**, tendo como objectivos estatutários contribuir para o desenvolvimento interno do país e para a cooperação entre Portugal e os países em desenvolvimento. Nos termos do Decreto-Lei 66/98, de 14 de Outubro, a Oikos encontra-se registada no IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento sob o número 839/99, cuja última renovação de estatuto de ONGD se refere a 6 de Fevereiro de 2007 e como consequência encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, em consonância com o previsto no artigo 10º. do CIRC.

As notas que se seguem respeitam à numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC). As notas cuja numeração é omitida neste anexo não são aplicáveis à entidade ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.

Os valores seguidamente mencionados estão expressos, salvo indicação em contrário, em Euros.

1. Derrogações ao POC na elaboração das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras anexas foram elaboradas, nos seus aspectos mais significativos, em conformidade com os conceitos, princípios e normas contabilísticas estabelecidos no POC, por forma a apresentarem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e do resultado das operações da Organização.

2. Valores comparativos

No exercício de 2007, a Entidade procedeu a alterações de práticas ou políticas contabilísticas. Os fornecimentos e serviços de terceiros ocorridos na estrutura da sede relacionados com Projectos eram nos exercícios anteriores considerados na conta 62, no exercício foram imputados na conta 65- Outros Custos Operacionais ao Projecto respectivo. Daí resultou o seguinte;

Rubricas da Demonstração de Resultados	Saldo nas contas de 2007	Saldo nas contas de 2007 sem a alteração	Saldo nas contas de 2006
Fornecimentos e serviços externos	92.695,46	376.347,06	382.850,77
Outros custos operacionais	2.760.630,81	2.476.979,21	2.764.199,62

3. Bases de apresentação e principais critérios valorimétricos

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das Demonstrações Financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Imobilizações Corpóreas	Anos
Equipamento básico	4 a 10
Equipamento administrativo	3 a 8
Outras imobilizações corpóreas	4 a 8

b) Especialização de exercícios

A Entidade regista os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, segundo o qual os mesmos são reconhecidos à medida em que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes pagos e recebidos e os correspondentes custos e proveitos gerados são registadas nas rubricas de Acréscimos e diferimentos.

c) Encargos com subsídio de férias

De acordo com a legislação vigente, o subsídio de férias é adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Assim, os encargos com subsídio de férias e respectivos encargos sociais a pagar no exercício seguinte são contabilizados nos custos do exercício a que dizem respeito, por contrapartida de Acréscimos de custos (ver Nota 48 c).

4. Conversão de saldos em moeda estrangeira

Grande parte das transacções efectuadas pela Entidade referem a gastos em moeda local dos diversos países onde têm lugar os projectos, sendo utilizados as cotações mensais do InfoEuro/moeda local ou US dólares conforme o mês da sua realização .

Para a conversão dos Activos e Passivos em moeda estrangeira – expressos em Dólares Americanos – foram utilizadas as seguintes cotações: € 1,00 = 0,678518 USD e € 1,00 = 0,76005 USD em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, respectivamente.

7. Número médio de pessoal

Durante os exercícios de 2007 e 2006 o número médio de pessoal foi de 135 e 139 colaboradores, respectivamente.

10. Movimento do activo imobilizado

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, o movimento ocorrido no valor das imobilizações corpóreas, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

Activo Bruto

Rubricas	Saldo Inicial	Reaval. Ajust.	Aumentos	Alienaç.	Transf. Abates	Saldo Final
<u>Imobilizações corpóreas:</u>						
Equipamento básico	92.269,99					92.269,99
Equip. administrativo	143.048,07					143.048,07
Outras imob. corpóreas	15.827,97				(1.911,64)	13.916,33
TOTAL	251.146,03				(1.911,64)	249.234,39

Amortizações e Ajustamentos

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Anulação e Reversão	Saldo Final
<u>Imobilizações corpóreas:</u>				
Equipamento básico	86.739,19	1.936,54		88.675,73
Equipamento administrativo	134.499,29	4.273,96	(1.242,13)	137.531,12
Outras imobiliz. corpóreas	14.952,97	218,75	(1.911,64)	13.260,08
TOTAL	236.191,45	6.429,25	(3.153,77)	239.466,93

14. Locação e afectação das imobilizações corpóreas e em curso

As imobilizações corpóreas encontram-se na sua totalidade afectas à actividade de estrutura da Oikos, pelo que nenhum dos bens que constituem o mapa de amortizações, está afecto a projectos.

25. Dívidas activas e passivas com o pessoal

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 as Dívidas activas e passivas com o pessoal eram compostas como segue:

Rubricas	Nota	2007	2006
<u>Dívidas Activas:</u>			
Devedores diversos	48 b)	1.508,76	0,00
TOTAL		1.508,76	0,00
<u>Dívidas Passivas:</u>			
Credores diversos	48 b)	1.136,51	168,25
Subsídio de férias	48 c)	20.233,00	21.100,62
TOTAL		21.369,51	21.268,87

28. Dívidas ao Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2007 a Entidade não tinha quaisquer débitos em mora ao Estado ou a outros entes públicos.

32. Garantias prestadas

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as garantias prestadas pela Empresa eram como segue:

A favor de:	2007	2006
CTT- Correios de Portugal	528,73	528,73

34. Movimento ocorrido nas provisões

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções (Nota 46)	Saldo Final
<u>Provisões:</u>				
- Para outros riscos e encargos (Nota40)	0,00	34.300,00		34.300,00
TOTAL	0,00	34.300,00	0,00	34.300,00

40. Movimento nas rubricas do Capital próprio

O movimento ocorrido durante o exercício de 2007 nas rubricas do Capital próprio foi como segue:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências	Saldo Final
Fundo de Cooperação	104.754,44			104.754,44
Subsídios/Ofertas	25.523,48			25.523,48
Resultados transitados	25.372,90	492.372,62		517.745,52
Resultado líquido do exercício	52.817,87	16.123,91	(52.817,87)	16.123,91
TOTAL	208.468,69	508.496,53	(52.817,87)	664.147,35

O aumento que se verifica em Resultados Transitados no exercício, resultam da transferência do resultado líquido do exercício anterior (€ 52.817,87), bem de como da correcção de verbas de transferências em 2004 e 2005 para projectos ainda em curso, mas que por lapso, no exercício anterior foram consideradas a débito de Resultados Transitados (€ 473.854,75) e dedução resultante de Provisão constituída no exercício referente a 2006 por processos judiciais em curso quantificados em 50% do valor das acções pelo departamento jurídico da Entidade (€ 34.300,00)

43. Remunerações atribuídas aos Órgãos Sociais

Os integrantes dos órgãos sociais não auferem, a esse título, qualquer remuneração . Apenas dois dos associados membros dos órgãos sociais exercem funções executivas na organização a saber: Cristina Peixinho (Secretária da Mesa da Assembleia Geral), exerce funções de coordenadora do sector de Educação para a Cidadania Global; José João Fernandes (Secretário do Conselho Directivo), exerce as funções de Director Executivo.

45. Demonstração dos resultados financeiros

Os resultados financeiros em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 têm a seguinte composição:

Rubricas	2007	2006
<u>Custos e Perdas:</u>		
- Juros suportados	37.160,77	106.069,41
- Outros custos e perdas financeiros (a)	2.859,50	0,00
TOTAL (1)	40.020,27	106.069,41
<u>Proveitos e Ganhos:</u>		
- Juros obtidos	1.523,17	1.384,23
- Rendimentos de participações de capital	309,74	269,66
- Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	20,96
TOTAL (2)	1.832,91	1.674,85
Ganhos (perdas) TOTAL (1+2)	(38.187,36)	(104.394,56)

46. Demonstração dos resultados extraordinários

Os resultados extraordinários dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 têm a seguinte composição:

Rubricas	2005	2004
<u>Custos e Perdas:</u>		
- Multa e penalidades	539,50	135,80
- Correções relativas a exercícios anteriores	13.950,09	672,67
- Outros custos e perdas extraordinários	4.030,91	12.413,61
TOTAL (1)	18.520,50	13.222,08
<u>Proveitos e Ganhos:</u>		
- Ganhos em imobilizações	0,00	34.283,65
- Correções relativas a exercícios anteriores	56.629,43	9.943,75
- Outros proveitos e ganhos extraordinários	2.132,36	9.600,70
TOTAL (2)	58.761,79	53.828,10
Ganhos (perdas) TOTAL (1+2)	40.241,29	40.606,02

47. Informações exigidas por diplomas legais

Nos termos do n.º 1 do art.º 21º do Decreto-Lei n.º 411/97, de 17 de Outubro, informamos que a Entidade era devedora à Segurança Social de contribuições vencidas pela importância de € 8.230,66, as quais foram regularizadas no exercício de 2008.

48. Outras informações

a) Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

Rubricas	Saldos 2007		Saldos 2006	
	Devedores	Credores	Devedores	Credores
Contribuições p/ Segurança Social		13.692,16		4.799,30
IMI- Imposto Municipal sobre Imóveis				93,52
Imp. s/ Rend. Pessoas Singulares(IRS)		3.951,11		7.895,43
Imp. s/ Rend. Pessoas Colectivas(IRC)	173,78		153,94	
TOTAL	173,78	17.643,27	153,94	12.788,25

b) Outros devedores e credores

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, estas rubricas tinham a seguinte composição:

Rubricas	Saldos 2007		Saldos 2006	
	Devedores	Credores	Devedores	Credores
Remunerações a pagar ao pessoal		968,26		0,00
Adiantamento ao pessoal	1.508,76			
Outras operações com pessoal		168,25		168,25
CTT – depósito de garantia	528,73		528,73	
IEFP – Estágios	7.557,55		0,00	
Projecto de Incentivo às Parcerias RSE	15.960,00		15.960,00	
Espaço Oikos	680.677,33		687.219,56	
Projectos em curso	5.689.608,67	5.369.709,48	2.963.964,85	3.009.119,91
Outros			31.832,23	
TOTAL	6.395.841,04	5.370.845,99	3.667.672,37	3.009.288,16

O devedor Espaço Oikos, relativamente ao exercício anterior apresenta apenas uma redução da dívida de € 6.542,23, existindo no entanto, a curto prazo, a possibilidade

de serem transaccionados os seus activos imobiliários, o que dará origem a proveitos ainda não quantificados, a reverterem na sua totalidade para a Oikos, após o se iniciará o aprovisionamento gradual do restante nas contas desta entidade.

c) Acréscimos e diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, estas rubricas tinham a seguinte composição:

Rubricas	2007	2006
<u>Acréscimos de proveitos:</u>		
Outros	0,00	37,85
TOTAL	0,00	37,85
<u>Custos diferidos:</u>		
Outros	111,32	2.526,71
TOTAL	111,32	2.526,71
Total dos Acréscimos e diferimentos activos	111,32	2.561,56
<u>Acréscimos de Custos:</u>		
Subsídios de férias (Nota 3.h))	20.233,00	21.100,62
Outros	1.866,99	3.056,65
TOTAL	22.099,99	24.157,27
<u>Proveitos diferidos:</u>		
Projectos	305.886,60	317.329,52
TOTAL	305.886,60	317.329,52
Total dos Acréscimos e diferimentos passivos	327.986,59	341.486,79

d) Custos e Perdas da Actividade

<i>Custos e Perdas</i>	<i>2007</i>	<i>2006</i>
Total de Custos e Perdas	3.225.925,11 €	3.569.578,11 €
62. Fornecimentos e Custos Externos	92.695,46 €	382.850,77 €
64. Custos com Pessoal	307.409,11 €	297.336,47 €
66. Amortizações	6.429,25 €	4.172,90 €
63. Impostos	219,71 €	1.726,86 €
65. Outros Custos operacionais	2.760.630,81 €	2.764.199,62 €
68. Custos Financeiros	40.020,27 €	106.069,41 €
69. Custos e Perdas Extraordinárias	18.520,50 €	13.222,08 €

Os custos com pessoal, no ano de 2007, incluem uma verba de 253.563,38 € de remunerações e 53.845,28 € de encargos sociais.

Os custos operacionais da conta 65, no ano de 2007, referem-se a quotizações (1.104,01 €) pagas a redes de pertença, sendo o restante a aplicação em projectos:

<i>Área Geográfica</i>	<i>Tipo de Acção</i>	
Portugal	Cidadania Global e Mobilização social	Iniciativas de Angariação de Fundos
166.433,83 €	140.976,94 €	25.456,89 €
Países em Vias de Desenvolvimento	Acção Humanitária	Vida Sustentável (Desenvolvimento)
2.593.092,97 €	424.836,85 €	2.168.256,12 €
África Subsaariana		
1.122.467,32 €	128.910,70 €	993.556,62 €
América Latina		
1.449.341,52 €	274.642,02 €	1.174.699,50 €

Sectores de Intervenção

Acção Humanitária	Desenvolvimento (Vida Sustentável)	Cidadania Global
Emergência	Fortalecimento dos Actores Sociais	Total: 140.976,94 €
309.693,54 €	751.340,77 €	
Preparação e Prevenção de Catástrofes	Segurança alimentar e meios de vida sustentáveis	
114.733,31 €	1.417.325,35 €	
Total: 424.426,85 €	Total: 2.168.666,12 €	

e) Proveitos e Ganhos da Actividade

PROVEITOS OIKOS	2007	2006
Proveitos e ganhos	3.242.049,02 €	3.622.396,01 €
Subsídios à exploração (*)	3.181.424,32 €	3.566.893,06 €
Proveitos suplementares, ganhos financeiros e extraordinários	60.624,70 €	55.502,95 €

DOADORES INSTITUCIONAIS	2.988.813,76 €	3.369.283,29 €
--------------------------------	-----------------------	-----------------------

Públicos		
IPAD	225.282,56 €	641.971,85 €
DGS	39.853,65 €	75.385,50 €
IEFP		7.684,92 €
CE/DG-ECHO**	1.042.394,41 €	323.008,55 €
CE/DG-DEV**	1.582.704,00 €	1.731.635,91 €
UNHCR		0,00 €
UNICEF		142.960,52 €
	2.890.234,62 €	2.922.647,25 €

Privados		
INGO (***)	47.039,53 €	409.777,82 €
Fundações	51.539,61 €	0,00 €
Parceiros Locais		36.858,22 €
	98.579,14 €	446.636,04 €

DONATIVOS E CAMPANHAS	174.190,49 €	197.609,77 €
Campanhas	26.776,92 €	66.412,37 €
MCS	50.536,02 €	41.016,78 €
Empresas	62.671,54 €	64.598,24 €
Donativos Gerais	34.206,01 €	25.582,38 €

(*) Subsídios à Exploração. O montante de 3.181.289,01 € inclui os subsídios reconhecidos em 2007 (3.169.981,40 €) mais a diferença entre o saldo inicial (proveitos diferidos em 2006) e os proveitos diferidos em 2007, tal como se explica no quadro abaixo.

Proveitos Diferidos- Saldo inicial (1)	Proveitos diferidos-Inicial	317.329,52 €
Financiamentos em 2007		3.169.981,40 €
Proveitos Diferidos- Saldo final (2)	Proveitos diferidos-Final	-305.886,60 €
Proveitos 2007 - Conta 74		3.181.424,32 €

(**) % Percentagem da Receita com Origem na Comissão Europeia

Ano	2007	2006	2005
Financiamento da CE	2.625.098,41 €	2.054.644,46 €	1.596.857,02 €
% Financiamento da CE	82,41%	56,72%	71,19%
Financiamento da DG-ECHO	1.042.394,41 €	323.008,55 €	248.500,00 €
% Financiamento da DG-ECHO	32,72%	8,92%	11,08%

(***) INGO - *International Non Governamental Organisations*. Trata-se de financiamentos recebidos a partir de ONG Internacionais, mas provenientes de projectos de co-financiamento com a Comissão Europeia (DG-DEV), como se explicita no quadro seguinte.

Ucodep (Itália)	12.149,28 €
MIal (Itália)	9.347,82 €
CiC-Batá (Espanha)	25.542,43 €
Total INGO	47.039,53 €

P'lo Conselho Directivo



João José Fernandes
(Director Executivo)
Oikos - Cooperação e Desenvolvimento